



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS
ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF**

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Local: Campo Grande/MS/Sede do Crea-MS

Data: 18 a 20 de agosto de 2025

Coordenador Nacional: Eng. Ftal. Eleandro José Brun

Coordenador Nacional Adjunto: Eng. Ftal. João Alexis Neto

Assessor Técnico do CONFEA: Eng. Ftal. Mara Rubia Soares

Assistente Técnica do CREA-PR: Eng. Agr. Eliziane do Carmo Nisgoski

Participantes:

Coordenadores (as) de Câmaras

Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen – CREA-AC

Eng. Ftal. Luis Antonio de Araujo Pinto – CREA-AM (REMOTO)

Eng. Ftal. Érica Souza Rossi – CREA-AP

Eng. Ftal. Diogo Augusto Souza Baicere – CREA-MT (REMOTO)

Eng. Ftal. Tania Mara de Azevedo Giusti – CREA-PA

Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva – CREA-PE

Eng. Ftal. Eleandro José Brun – CREA-PR

Eng. Ftal. João Alexis Neto – CREA-RO

Eng. Ftal. Edison Bisognin Cantarelli – CREA-RS

Eng. Ftal. Juliano Gil Nunes Wendt – CREA-SC

Coordenadores (as) Adjuntos(as) de Câmaras

Eng. Ftal. Márcia Regina Garrido de Freitas – CREA-RJ

Representantes de Plenário

Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva – CREA-BA

Eng. Ftal. Giancarlo Brugnata Chelotti – CREA-DF

Eng. Ftal. Sinval dos Santos Marques – CREA-ES

Eng. Ftal. Miguel Ribon Junior – CREA-MG

Eng. Ftal. Felipe das Neves Monteiro – CREA-MS

Eng. Ftal. Allyson Rocha Alves – CREA-RN

Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva – CREA-RR

Eng. Ftal. Ulysses Bottino Peres – CREA-SP



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS
ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF**

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Também estiveram presentes na reunião:

Conselheiro Federal da CEEP e Vice-Presidente Eng. Ftal. Nielsen Christianni Gomes da Silva (REMOTO)

Coord. Adjunta do Crea-SC Eng. Ftal. Elizangela Bortoluzzi

Coord. Adjunta do Crea-PA Eng. Ftal. Cláudia Viana Urbinati

Cons. do Crea-SP Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado

Assessora e gerente técnica do Crea-PA Eng. Ftal. Jéssica Cristina Maciel

Assistente Técnica do Crea-PR Eng. Agr. Eliziane do Carmo Nisgoski

Assistente Confea Francisco Rodrigo Brasil

Assessora Técnica do Confea Eng. Ftal. Mara Rubia Soares (REMOTO)

Presidente do Crea-MS Eng. Agrim. Vânia Abreu de Mello

Vice-Presidente do Crea-MS Eng. Civ. Sidiclei Formagini

Coord. Câmara Esp. Agronomia do Crea-MS Eng. Agr. Daniele Coelho Marques

1 – Abertura da 3ª Reunião Ordinária da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal – CCEEF – Exercício 2025:

O Coordenador da CCEEF – exercício 2025, Eng. Ftal. Eleandro José Brun, abriu os trabalhos após verificação do quórum, deu boas-vindas a todos os presentes e agradeceu a recepção pelo Crea-MS.

2 – Apresentações e manifestações dos (as) Coordenadores (as) de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal e Representantes de Plenário – Exercício 2025 e demais presentes na reunião:

O Vice-Presidente do Crea-MS, Eng. Civ. Sidiclei Formagini, saudou a todos representando a presidente Vania que estava no Show Florestal em Três Lagoas, ressaltou a importância da Reunião da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal, pois o Mato Grosso do Sul tem as maiores florestas de eucalipto e projeção de PIB para o Brasil nesse ano e deseja um ótimo trabalho a todos, com disposição para apoio do que for preciso.

A coordenadora da câmara de Agronomia do Crea-MS, Eng. Agr. Daniele Coelho Marques, relatou que no Crea-MS a câmara é mista, e ressaltou a felicidade e importância da reunião da Coordenadoria ser no Mato Grosso do Sul, citou que na década de 70 o estado tentou trazer o cultivo do eucalipto para o estado, o que não deu certo, mas que agora já é algo consolidado no estado.



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Aleniz Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Eng. Ftal. Felipe das Neves Monteiro saudou e agradeceu por poder receber os presentes na reunião, sendo que o Mato Grosso do Sul recebeu recentemente o status de Vale da Celulose na região leste do estado, sendo hoje o segundo maior produtor de eucalipto do Brasil e que em breve vai chegar em primeiro, com meta de três milhões de hectares de eucalipto plantado. Comentou também que o Mato Grosso do Sul tem um plano estadual de desenvolvimento florestal focado além do eucalipto, no pinus, seringueira, erva-mate e áreas de florestas nativas no estado.

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto saudou a todos e desejou uma reunião profícua e com boas decisões.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun saudou a todos e ressaltou da sorte em ser o coordenador nacional em um ano de comemoração dos 65 anos da engenharia florestal no Brasil, hoje com cerca de setenta cursos em atividade em todo país e que foram efetuados vários eventos em comemoração. Ressaltou também a importância da reunião ocorrer no Mato Grosso do Sul e que propiciou a efetuação de visita técnica no Show Florestal. Ressaltou que não há desenvolvimento sem a engenharia, sendo necessária a atuação em conjunto dos investimentos com viés ambiental e social, sendo a sustentabilidade praticada diariamente pela engenharia florestal. Comentou também sobre outro marco para a profissão que será a COP30 em novembro e desejou a todos um ótimo início dos trabalhos.

O Conselheiro Federal da CEEP e Vice-Presidente Eng. Ftal. Nielsen Christianni Gomes da Silva saudou a todos os presentes e a coordenação da câmara, equipe, coordenação e presidente do Crea-MS por recepcionar essa importante reunião e também a equipe técnica do Confea pelo apoio ao evento. Repassou a saudação especial do Presidente Vinicius Marchese e importância que as coordenadorias tem para o Sistema no apoio das diretrizes e encaminhamento nas ações para o fortalecimento da atuação profissional da engenharia florestal. Desejou uma reunião com efetiva participação de todos, harmônica e produtiva para a modalidade florestal. Ressaltou a questão da fiscalização que tem sido uma das linhas de atuação desta gestão, no fortalecimento da defesa da sociedade, de modo que apenas aqueles que detém a formação possam exercer determinadas atividades, combatendo o exercício ilegal da profissão, e o debate com o Tribunal de Contas da União, no sentido de ampliar o aprimoramento da fiscalização do exercício profissional, onde as reuniões das Câmaras Especializadas devem debater esse tema, sendo necessário levantamento de como anda a fiscalização do exercício profissional em cada uma das coordenadorias e como cada um dos Creas tem se colocado nessa fiscalização, sendo o primeiro ponto poder identificar essas informações por meio do preenchimento de relatórios, verificando as dificuldades de cada Crea em cadastrar esses dados e, posteriormente, em como aprimorar a fiscalização, sendo que as Coordenadorias das Câmaras Especializadas de cada Crea tem esse papel de auxiliar a fiscalização e propor empreendimentos, atividades e como deve ser essa fiscalização em cada uma de suas áreas, sendo que fazemos parte de um sistema maior, Sistema



CCEEF Coordenação de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Confea/Crea, mas com engrenagens que fazem parte desse sistema como as Coordenadorias Nacionais e as Coordenações de Câmaras dos Creas, devendo estarem integrados. Comentou também sobre a proposta com as contribuições desta coordenadoria para a COP 30 e que atualmente está na Comissão Temática de Meio Ambiente do Confea para apreciação e incorporação no escopo do plano de trabalho da comissão e que acompanhará a proposta. Informou sobre o contato e subsídio recebido dessa coordenaria sobre o Edital de contratação de quadro técnico, onde para atividades típicas da engenharia florestal não foi incluído nos cargos o título de engenheiro florestal, para que se pudesse intervir no edital, sendo tramitado no Confea e encaminhado em tempo recorde, a solicitação de impugnação do edital, para que fosse incluído o título de engenheiro florestal no quadro de contratações, sendo que formalmente ainda estamos no aguardo de retorno desse processo.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun esclareceu com relação ao Edital do CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais com diversas áreas em que não estava incluído o engenheiro florestal, onde em colaboração com a SBEF – Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, foi elaborado documento e prontamente acolhido no Confea, com solicitação de impugnação do edital para inclusão do engenheiro florestal em cinco cargos, demanda que ainda está em análise.

Apresentações e manifestações do segundo dia de reunião 19/08:

A Presidente do Crea-MS, Eng. Agrim. Vânia Abreu de Mello, compareceu na reunião e agradeceu a presença de todos nesta importante reunião, relatou que no dia anterior esteve no Show Florestal e comentou sobre a importância do evento e instituições da área de celulose no Brasil e autoridades que compareceram no evento. Também comentou sobre as ações do Crea-MS junto às instituições públicas referente ao piso salarial profissional.

3 – Apreciação da súmula da 2ª Reunião Ordinária da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal de 2025:

A súmula foi apresentada, após sugestão de inserção de item pelo Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen, foi aprovada por unanimidade.

4 – Apresentação dos dados da fiscalização no âmbito dos Regionais, conforme solicitado pela Gerência de Relação com os Profissionais-GPF.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que foi encaminhado um e-mail para todos os coordenadores de câmara, sendo que foi pedido que quem era representante de plenário conversasse com os respectivos coordenadores, no sentido de que se atentassem à demanda do



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Confea de acesso aos dados de fiscalização da modalidade. Relatou que no caso do Crea-PR, o DEFIS – Departamento de Fiscalização preencheu os dados de todas as câmaras e tem para apresentar os dados de fiscalização do primeiro semestre. Infelizmente tem a informação de que apenas os Crea-PR e Crea-SC efetuaram esse preenchimento, sendo que o assunto está em pauta para que se possa discutir sobre as fiscalizações dentro de cada Regional e para que se possa registrar essas informações e como anda a fiscalização na modalidade florestal dentro de cada Crea, o que não substitui a necessidade de preenchimento das informações requeridas pelo Confea. Apresentou os números do Crea-PR no primeiro semestre de 2025 na modalidade florestal com 89 ações de fiscalização em janeiro e fevereiro e 16 regularizações, 33 ações de fiscalização em março e abril e 12 regularizações e 29 ações de fiscalização em maio e junho e 26 regularizações após a fiscalização, principalmente para exercício ilegal da profissão, empresa sem registro, falta de responsável técnico na empresa, falta de ART e atividades estranhas.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva relatou sobre as ações de fiscalização do Crea-PE, sendo da modalidade florestal um percentual de 0,37% de um valor de 5.410 ações de fiscalização até julho de 2025. Relatou também sobre reunião com a gerência de fiscalização do Crea-PE para delinear a melhor maneira de fiscalizar a área florestal, e que entrou em contato com o Analista Ambiental Leonardo do Ibama e com órgão ambiental do estado de Pernambuco para a realização do encontro nordestino dos Creas com treinamento dos fiscais dos Creas e fiscais municipais e estaduais dos órgãos ambientais para utilização do Sinaflor.

A Eng. Ftal. Márcia Regina Garrido de Freitas relatou sobre a publicação de duas normas, para poda urbana e para serrarias, onde os dados ainda estão sendo consolidados, mas que estão se aproximando do setor de fiscalização com reunião agendada para três de setembro para implementar as normas e aprimorar os serviços que estão sendo realizados. Informou que os dados concretos são pequenos, mas assim que tiver os enviará.

O Eng. Ftal. Edison Bisognin Cantarelli questionou como serão organizados os dados para se tornar um documento de toda a fiscalização da engenharia florestal, sendo que tem os dados do Crea-RS. Relatou que o link leva para um relatório de dados bimestral, devendo ser encaminhado para a área de fiscalização de cada Crea. Relatou também que o Crea-RS efetuou recentemente um concurso para contratação de fiscais, que infelizmente não foi por área, que contou com mais de 3 mil candidatos, com uma preocupação muito grande que para os cargos de analista, muitos engenheiros zeraram a redação.

O Eng. Ftal. Juliano Gil Nunes Wendt relatou sobre as ações de fiscalização em Santa Catarina, sendo que até final de julho, foram 22.802, sendo especificamente para a engenharia florestal, zero autos de infração e 137 regularizações, sendo a taxa de regularização de 0,6%, e que a gerência de fiscalização preencheu diretamente no sistema as informações.

A Eng. Ftal. Tania Mara de Azevedo Giusti relatou que as informações foram solicitadas, mas que não foi possível a apresentação na última reunião e que serão apresentadas na reunião



CCEEF Coordenação de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

Spacio Alexsandro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

ordinária do dia 22, mas que de acordo com o plano integrado, que também foi enviado para o Confea, onde serão feitos registros do que fiscalizar e onde fiscalizar, registro de empresas e profissionais, projeto de manejo, e também a efetuação de palestras orientativas em madeiras, propriedades rurais, nos municípios de Belém e Santarém que são os maiores, onde tem-se uma meta para cumprir de 100% em 200 empresas.

O Eng. Ftal. Ulysses Bottino Peres relatou sobre as ações de fiscalização que são abrangentes, por ser uma câmara mista, sendo que no estado tem em torno de 379.000 profissionais registrados e 28.000 são da área da agronomia, empresas são 103.000 e 6.800 da área da agronomia, foram feitas 81.785 autuações, sendo 3.555 da área da agronomia. Relatou o problema da fiscalização não ser específica sobre a área florestal, que embora exista uma determinação do presidente, até agora não conseguiram alcançar esse objetivo. A fiscalização em São Paulo acontece pelo CNAE, se tiver alguma atividade do CNAE que indique a participação de uma atividade que esteja ligada ao Conselho, é notificada e sai automaticamente a multa e autuação com os prazos para as defesas legais. Relatou também sobre câmaras mistas, que em São Paulo tem um levantamento sobre fiscalização na área florestal onde separaram algumas atividades, como produtos não madeireiros que tem 3 empresas registradas e 232 sem registro e que até agora não foi feito nada, látex, carvão, extração de madeira, coleta de palmito se tem 0 registradas e 1.069 sem registro, na fiscalização o produtor não é diretamente fiscalizado, mas sim aquele que transforma o produto. Informou que na semana retrasada na reunião da câmara especializada de agronomia foi aprovado o plano de fiscalização que abrange todo o setor, onde hoje a fiscalização, por exemplo em uma usina, toda a atividade em que tiver um prestador de serviços, ele que será fiscalizado.

O Eng. Ftal. Giancarlo Brugnata Chelotti relatou que a Ceagro do Crea-DF não recebeu o e-mail e sugere o encaminhamento formal por ofício.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que houveram diversas manifestações de que não receberam a solicitação e de que pudesse ser formalmente encaminhado um ofício para todas as câmaras de engenharia e representantes de plenário.

O Conselheiro Federal da CEEP e Vice-Presidente Eng. Ftal. Nielsen Christianni Gomes da Silva esclareceu que o documento foi encaminhado da área de fiscalização do Confea para a Coordenadoria de Câmara Especializada, e que cada coordenadoria encaminhasse, sendo que no caso de dificuldade de algum Crea, fosse relatado, e que esse trabalho propiciasse a integração entre a fiscalização e a coordenadoria das câmaras especializadas, suprimindo com informação e orientação o plano de trabalho de fiscalização dos Creas, sendo que algumas modalidades dos estados nem sempre se sentem representadas nesse plano. Outras Coordenadorias já estão com os dados mais avançado, com quase a totalidade dos dados de todos os Creas, como a Civil, sendo que algumas relataram dificuldade no preenchimento dos dados no sistema, mas o mérito do debate seria as câmaras especializadas de engenharia florestal acompanharem se de fato a





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

fiscalização está atenta às atividades da modalidade, sendo que uma forma de fazer isso seria em um primeiro passo ter essas informações para uma radiografia da fiscalização por modalidade e a partir daí poder identificar estratégias e ações que venham a fortalecer e ampliar a fiscalização na modalidade. Ressaltou a necessidade de apontar quais são os empreendimentos e atividades que ocorrem da engenharia florestal e requerem fiscalização e acompanhar a fiscalização dessas atividades, que depende de orientação das câmaras. Qualquer entrave depois dessa ação deve ser reportado ao Confea, sendo que o Confea poderá fazer a gestão e identificação de inoperância ou negligência com a fiscalização da modalidade, e apontar caminhos para que ela possa ser fortalecida e acompanhada ao longo do tempo com a criação de instrumentos e convênios como com a Junta Comercial e com CNAE que identificam empreendimentos que tem em seu objeto atividades da modalidade florestal, assim como com os órgãos ambientais que fazem o licenciamento. Relatou também sobre o Tribunal de Contas que tem orientado com dados de pesquisa, de que a fiscalização comando e controle que autua, tem sido menos eficiente que a fiscalização responsiva ou educativa, sendo importante pensar em estratégias que venham aproximar a orientação dos empreendedores que desenvolvem atividades da engenharia florestal, dando mais oportunidades aos nossos profissionais com o combate ao exercício de leigos. Sugeriu também que além de buscar como indicador a fiscalização da quantidade de empreendimentos, associar o quantitativo de ARTs para efeito de planejamento estratégico da própria câmara e orientação para a fiscalização.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou a importância de avançar e aprimorar o trabalho das câmaras e relação com os departamentos de fiscalização, com iniciativas como a citada pelo conselheiro Gustavo, sendo que está tentando promover algo também no Paraná para discutir a fiscalização e estratégias, e que a geração desses dados é fundamental, sendo necessária a filtragem de dados da engenharia florestal que está junto com a agronomia para gerar esse quantitativo, inclusive nas câmaras mistas.

O Eng. Ftal. Allyson Rocha Alves informou sobre a dificuldade com os dados tanto da florestal como da agronomia, de que o gerente de fiscalização que teria que alimentar os dados. Relatou que ocorreram no Crea-RN de janeiro até o presente 111 autos de infração na câmara de agronomia, sendo na área da florestal, identificadas atividades de supressão vegetal, arborização urbana, madeiras, manejo florestal, viveiros florestais e cerâmicas, e motivos principais de falta de ART, exercício ilegal da profissão e empresas sem registro, mas que buscará os números quantitativos dessas atividades.

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva informou sobre dificuldades em obtenção dos dados, que como câmara mista buscou junto ao coordenador da câmara, mas que este não recebeu informação. Entrou em contato diretamente com o gerente de fiscalização que passou informação referente a 2025 onde foram 13, sendo 9 apenas relatórios e 4 viraram auto de infração, sendo a maioria de empresas sem registro.



João Alvin Nito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva relatou sobre os dados da fiscalização que a câmara é mista e o coordenador de lá não comentou, mas que recentemente conversou com a responsável pela fiscalização na Bahia e em conversa com alguns fiscais, a fiscalização no estado não é homogênea e os fiscais tem entendimentos pessoais na hora da fiscalização, tendo uma diferenciação, onde, por exemplo, consideram que para serrarias não precisa de ART, que contemplaria também o engenheiro industrial madeireiro para empresas de móveis e serrarias, mas os fiscais não sabem que existe essa profissão e que deveriam cobrar para essa atividade, sendo que quando vão em serrarias só cobram a parte de segurança do trabalho. Conversou com o gerente de fiscalização e vai ter um seminário para alinhamento da fiscalização. Na fiscalização em fazendas, em propriedades rurais grandes, a questão de não ser obrigada a ter CNPJ, podendo ser pessoa física, que gera um transtorno tanto na parte fiscal quanto para a fiscalização. Informou também que a Bahia vai retomar a fiscalização por empreendimento, com relação a quais profissões são vinculadas ao CNPJ, códigos de TOS que deveria estar nas ARTs dos empreendimentos, podendo até atualizar a parte de serrarias quanto a obrigatoriedade, e essa parte de CNPJ em sendo um padrão eficiente, que ele pudesse ser utilizado em todos os estados, pois na forma anterior quando o fiscal chegava de forma avulsa em um empreendimento, apesar do manual de fiscalização de cada câmara, o fiscal tem que andar com todos os manuais de fiscalização e como existem prioridades para algumas profissões como civil, as maiores, os fiscais acabam não se atentando aos manuais de fiscalização das outras profissões, como a parte rural onde o fiscal vai pouco e bate a meta apenas na zona urbana. Informou também que faz parte da COTC do Crea-BA e que tentaram propor uma alteração na produtividade dos fiscais colocando uma porcentagem mínima de ações na zona rural, porém eles viram uma dificuldade na parte de organização e foi vetado pela comissão de produtividade, porém era extremamente necessário, distribuindo uma parte das atividades de fiscalização para a zona rural ou dando uma pontuação maior para esta, pois o fiscal não se sente estimulado, e que deve-se trabalhar de forma nacional com um documento orientativo para os regionais.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva relatou sobre a questão das serrarias que no Sinaflor teria o fechamento da guia de transporte, inclusive com o destino final em serrarias do resíduo e que teria que ser fechado no DOF – Documento de Origem Florestal, com o profissional engenheiro florestal. Com relação aos relatos de falta de fiscalização no meio rural, seria o momento de normatizar a questão do quantitativo de profissionais engenheiros agrônomos e florestais dentro dos Creas para fiscalizações específicas dentro da modalidade.

O Coordenador da CEEF, Eng. Ftal. Eleandro José Brun, entendeu ser importante trabalhar uma proposta nesse sentido.

O Eng. Ftal. Luis Antonio de Araujo Pinto relatou sobre a fiscalização e elaboração de seminário com palestras para que os fiscais pudessem identificar nossas áreas de atuação e novas atividades como geoprocessamento e outras áreas, porém a fiscalização no meio rural no Amazonas é difícil



João Alencar Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

devido as distância e deslocamentos, por exemplo, às vezes se fiscaliza em uma olaria a questão da caldeira, que tem um engenheiro mecânico, a segurança do trabalho, mas não enxerga a quantidade enorme de lenha consumida para essas caldeiras e que tem que ter a origem da madeira e a atuação do engenheiro florestal. Apesar do Crea-AM ter intensificado a fiscalização no interior do estado, ela fica mais restrita a área de engenharia civil por ser mais palpável, sendo que enquanto não se investir em equipes multidisciplinares para a fiscalização, não vão enxergar as atividades da nossa área, sendo necessário um avanço nessa questão, para então termos uma fiscalização direcionada e mais efetiva na área florestal. Relatou também sobre o investimento efetuado em fiscalizações que repercutiu no aumento da arrecadação pelo Crea-AM e ação efetuada de educação junto as empresas, universidades e órgãos, pelo fiscal engenheiro agrônomo Marcílio, que faleceu ano passado, e efetuou ação de conscientização sobre o registro e atuação profissional que foi um sucesso, inclusive com aumento de arrecadação. Entendeu que o profissional fiscal deve ser de nível superior, sendo que já houveram casos de Creas que não pagavam o piso salarial mínimo do engenheiro, mas que ao abrir concurso para nível superior vai ter uma receita maior com as fiscalizações também.

O Eng. Ftal. Miguel Ribon Junior relatou sobre os dados da fiscalização, sendo 35.000 ações de fiscalização, e da câmara de agronomia 896 ações de fiscalização e 158 autos de infração e 1 regularização. Em Minas Gerais as serrarias e carvoarias são fiscalizadas e exigido responsável técnico engenheiro florestal. Informou que Minas Gerais ainda é o estado com maior área de floresta plantada com 2,4 milhões de hectares. Agradeceu o Eng. Ftal. Felipe das Neves Monteiro por ter feito a interlocução com a superintendência de fomento florestal e secretaria de meio ambiente e desenvolvimento sócio-econômico-sustentável para apresentar o plano estadual de florestas plantadas para Minas Gerais, que agora tem esse plano. O Crea-MG tem 97 fiscais, sendo que abriu concurso ano passado e entrou uma fiscal engenheira florestal que está sendo treinada e atuará na região norte de Minas, onde se concentra o maior número de serrarias, carvoarias e parte de silvicultura, e na semana passada foi aprovado o plano de cargos e salários dos funcionários do Crea-MG.

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto relatou que como em 2024 a florestal ainda fazia parte do mesmo grupo da agronomia, ainda não tinham separados os dados por modalidade, de abril/maio 2024 até janeiro de 2025 foram realizadas 3.046 fiscalizações no grupo agronomia e até agora não é possível filtrar a florestal, sendo 219 fiscalizações na área florestal de janeiro até agora, sendo importante o envolvimento da câmara na obtenção desses dados e não apenas deixar a cargo do gerente de fiscalização, pois somos os mais interessados.

A Eng. Ftal. Cláudia Viana Urbinati sugeriu que com relação aos prazos para inclusão das informações se efetue até o final do ano e para o ano que vem se efetue um planejamento na área de fiscalização educativa.



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEFF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que a fiscalização além de educativa e orientativa, teria que ser mais estratégica, e que cada um tem essa tarefa de casa de ter os dados separados e colocar no sistema essas informações, além de inserir na pauta da próxima reunião capacitação para os fiscais na área florestal para 2026, sendo que temos o Manual de Fiscalização Nacional que foi atualizado ano passado e está em tramitação ainda e precisamos ter essa capacitação de forma mais efetiva por meio de um GT que gere subsídios para as ações do ano que vem, que cada Crea tivesse ao menos um fiscal engenheiro florestal. Tem ciência de que é uma questão difícil, mas teria que se criar o problema com uma proposta com boa estratégia e argumentação e também que cada Crea teria sua autonomia para pedir determinadas vagas de concurso, sendo esta uma luta também dentro dos estados, podendo se usar os próprios números de fiscalização como argumentação.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva relatou que ações de capacitação e treinamento para os fiscais a maioria dos Creas já faz, mas não funciona, e teria que salientar a questão de um percentual de fiscais em todos os regionais serem engenheiros florestais, mediante concurso público, podendo se justificar também com os números de fiscalização na área rural, sendo que praticamente não temos fiscalização na área florestal.

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto relatou que a proposta seria válida, e poderia ser feita em alguns regionais e que já tem intercâmbio de fiscalização com mobilização pelo Confea de fiscais de um estado para outro com efetuação de mutirão, sendo que se ao menos alguns regionais tiverem engenheiros florestais e puder ser efetuado esse intercâmbio.

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva relatou sobre a dificuldade de contratação de fiscais de nível superior, como no Crea-BA que não tem fiscais de nível superior, e principalmente por Creas que não são superavitários, que já vivem de repasse e não teriam condições de serem obrigados a contratar esses fiscais de nível superior. O sistema tem centenas de profissões e como ficariam as demais profissões inseridas nas câmaras que acabaram sendo criadas pelo MEC.

A Assessora Técnica Eng. Ftal. Mara Rubia Soares relatou que por volta de 2012 estava vigente a DN 95 que tratava de diretrizes da fiscalização para o Creas onde um dos itens polêmicos era a questão do fiscal precisar ser de nível técnico ou nível superior, e à época várias coordenadorias efetuaram propostas nesse sentido de que houvessem contratações de suas modalidades, o que esbarrou na questão de que alguns Creas teriam dificuldades orçamentárias para efetuar a contratação de profissionais de nível superior.

A Eng. Ftal. Érica Souza Rossi relatou sobre as informações de fiscalização que com base nos dados do Sinaflor, todos esses dados já exigem um RT, sendo que foi solicitado às secretarias dos municípios e secretaria estadual de meio ambiente a relação de atividades licenciadas ou em licenciamento para saber que ação poderiam tomar em relação à fiscalização, mas não tiveram



João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

retorno. Com relação aos dados da fiscalização e o relatório bimestral foi cobrado mais ainda não se obteve resposta.

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva relatou que a questão de contratação de fiscal engenheiro florestal entraria no mundo ideal, mas que no mundo real não funciona, sendo que os Creas da região Norte, por exemplo tem 4 fiscais, todos técnicos e já tem dificuldade para pagar, e que o próprio Presidente do Confea Vinicius na última reunião, explicou que o Crea-SP, bem melhor financeiramente que o Crea-RR, tem fiscais sendo técnicos e os gerentes de fiscalização são engenheiros e coordenam. Questionou quem já acompanhou o trabalho de fiscalização e necessidade do fiscal ter formação superior, sendo que o que ele faz para fiscalizar é necessário treinamento mesmo.

O Eng. Ftal. Felipe das Neves Monteiro relatou que o Crea-MS recentemente teve um concurso com a contratação de fiscais de nível superior, que entende a preocupação do colega Marcos Wanderley, mas que o pedido do Coordenador de levantar dados sobre a fiscalização é norteador para montar uma proposta para saber como trabalhar a fiscalização e a demanda por fiscais que acarretaria uma fiscalização mais assertiva. Informou que não trouxe os dados da fiscalização, pois assumiu como conselheiro titular recentemente, sendo que antes era suplente então não participava tanto das ações.

O Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen relatou que tiveram reunião da câmara com o setor de fiscalização apresentando sobre o comentado pelo Analista Leonardo sobre o Sinaflor, o coordenador adjunto fez um levantamento no Sinaflor que alguns avanços foram observados para balizar o setor de fiscalização do Crea-AC, sendo que foram disponibilizados dois links no grupo, por solicitação do coordenador Eleandro, sendo que com relação aos dados abertos não teve avanço nenhum, sendo insuficientes para cumprir o acordo de cooperação técnica que foi assinado em 2022 entre Confea e Ibama. As planilhas disponibilizadas no Pamgia apresentam inconsistências, talvez devido ao tamanho da planilha, mas às vezes um filtro de informação por estado apresenta bug, aparecendo também outros estados. No Pamgia tem o número da ART, porém nos dados abertos, não tem informações que deem subsídios a mais para os fiscais do Crea fazerem análises por estas informações das planilhas. Os fiscais acharam interessante ter informações mais concretas e abertas para os setores de fiscalização dos Creas poderem estar realmente fiscalizando o exercício ilegal da profissão, mas com alguns dados restritos que o Ibama possui, poderia se balizar informações para outros órgão nesse acordo já firmado, como aberto para o fiscal do Crea. O Sinaflor ainda tem que avançar muito, sendo que para muitas atividades o sistema que é nacional ainda não requer profissional responsável técnico, o que é preocupante. Entendeu que teria que se verificar com o Vice-Presidente do Confea Eng. Ftal. Nielsen para se ter mais uma reunião com o Ibama para de fato se avançar com a parceria para fins de fiscalização. Relatou que no Crea-AC também se tem preocupação com a fiscalização da nossa área e a sazonalidade de alguns serviços que estão na zona rural, sendo que



CCEEF

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

Spão Alenir Nito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

devido às chuvas, algumas regiões tem dificuldade do fiscal se deslocar para conferir algumas atividades, como responsável técnico e ART, mas os fiscais atenderam algumas demandas na zona urbana em serrarias e os planos de manejo florestal na zona rural, ainda necessitando de avanço na fiscalização com concurso para profissionais de nível superior, mas que na abordagem da fiscalização não se entra na parte técnica da atividade, mas que com a formação superior na área se tem condições de dialogar sobre a obra.

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado agradeceu o convite do coordenador para a reunião, relatou que com relação as planilhas do Sinaflor, se teve uma reunião com o Presidente do Confea Vinicius e Vice-Presidente Conselheiro Nielsen em que a ideia era apurar melhor os dados do Sinaflor e que esses eram insuficientes para a fiscalização, inclusive o Pedro da SBEF estava presente e foi enfático que o Ibama precisaria dispor dos dados de uma melhor forma, sendo que o Presidente Vinicius questionou sobre as fiscalizações que foram efetuadas e o Crea-SP efetuou fiscalização que serão apresentadas amanhã, mas que cada um que já tenha iniciado a fiscalização, que traga para discutir melhor essa informação, extrapolando posteriormente para outros Creas.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun apresentou, após os relatos das ações de fiscalização dos Creas, que seja criado um Grupo de Trabalho que na próxima reunião, 4ª Reunião, apresente uma proposta de estratégias de ampliação da fiscalização na área da engenharia florestal com interlocução com DEFIS, Inspetores, prevendo treinamento, intercâmbio e parcerias com Creas da mesma região com ações de campo em conjunto e demanda para o Sistema de aumento do número de fiscais, para que cada Crea tenha ao menos um fiscal engenheiro florestal (Creas PE, BA, PA, PR, SP e ES).

5 – Repasse de ações em desenvolvimento nos regionais.

A Eng. Ftal. Márcia Regina Garrido de Freitas relatou que conforme mencionado na reunião anterior, a câmara estava focada em abrir algumas OS que tratavam de serviços ambientais, mas não estavam disponíveis para a engenharia florestal e agora estão, então conseguiram esse avanço que foi bastante significativo, sendo que no grupo de serviços ambientais foram abertos ordenamento ambiental, impactos ambientais, monitoramento ambiental, licenciamento ambiental, criação de plano de manejo e ocupação indevida de áreas de proteção, e um grupo de resíduos sólidos que antes não tinham autorização para transportar remanescentes de poda e supressão. Solicitou acesso ao documento elaborado para a COP30 onde interessa criar um fato e levar isso para o prefeito e governador, gerando uma demanda de contratação. Relatou que a fundação parques e jardins que autoriza podas e supressão tem somente três engenheiros trabalhando e não dá conta e que o contribuinte fica três meses esperando uma autorização às





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

vezes até de árvore em situação de risco. Informou que na última eleição do CEP tiveram eleição de engenheiro florestal que conseguiram primeiro e quarto lugar.

O Eng. Ftal. Edison Bisognin Cantarelli relatou que estão trabalhando no plano de fiscalização, conforme demanda, e parabenizou o Crea-SC pelo material que tem e tem sido utilizado para atualização do Crea-RS. Também relatou sobre uma proposta de avaliação dos cursos do estado do Rio Grande do Sul e que depois seja repassado para outros Creas também, sendo que a presidente do Crea-RS encaminhará aos demais presidentes em encontro que ocorrerá em setembro no Rio Grande do Sul, sendo esta uma proposta que saiu da câmara especializada de engenharia florestal para avaliação in-loco dos cursos de engenharia.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva relatou que após uma guerra política e institucional conseguiram ingressar com mais uma entidade de engenharia florestal no Crea-PE, a associação nordestina de engenheiros florestais, que atua no perímetro regional de Pernambuco, sendo aprovada também no Confea, devendo ser reconhecida a importância de termos quantos mais florestais possível dentro do Conselho Federal, sendo que Nielsen teve um trabalho fundamental e agora se tem duas entidades em Pernambuco. Comentou que no CEP a delegada mais votada é engenheira florestal, vice-presidente da APEF e no CEP a classe com maior representatividade e número de propostas foi a engenharia florestal. Também comentou que sempre envolveu a ANEF nas ações do Crea, o que ajudou na comprovação de atividades pela associação para possibilitar o ingresso no Crea.

O Eng. Ftal. Miguel Ribon Junior comentou que o Crea-MG lançou um guia técnico para elaboração de plano municipal de arborização urbana que foi distribuído a todos os municípios de Minas Gerais. Comentou também sobre o 12º CEP em Minas Gerais onde foram realizados 127 encontros em 23 regionais com total de 3.500 participantes e que encaminharam 652 propostas e na plenária final sobraram 10 propostas e se elegeram 30 delegados, sendo a proposta com maior número de votos sobre arborização urbana e infraestrutura verde, então além da questão de resíduos e mobilidade urbana, arborização urbana e infraestrutura verde está entre as propostas elencadas por Minas Gerais. Informou que na tarde de quinta-feira, no plenário de Minas será votada a criação da câmara especializada de engenharia florestal, sendo uma promessa do presidente, com apoio da comissão de renovação do terço, que depois deverá ir para o Confea. Relatou também o receio de alguns conselheiros engenheiros agrônomos, pois irão perder duas vagas na câmara. Comentou também sobre o ofício do Presidente Vinicius sobre fiscalização, sobreposição de atribuições entre a engenharia ambiental e a biologia, sendo que Minas Gerais já começou a atuar na secretaria de meio ambiente onde profissionais como biólogos, geógrafos, esteticistas, eletricitas e fisioterapeutas analisam EIA/RIMAs, plano de manejo e inventário florestal.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que quando da criação da câmara de engenharia florestal no Paraná, ligou para todos os conselheiros, e que alguns engenheiros





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

agrônomos até eram contra, e na hora da votação tiveram algumas abstenções, mas hoje soma-se na representação e discussão e tem-se muitas lutas em conjunto contra biólogos e engenheiros ambientais.

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva relatou que já comentou em sua primeira fala sobre as ações na área da fiscalização no Crea-BA.

O Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen relatou que em 12 de julho foi comemorado o dia do engenheiro florestal, mas que a entidade promoveu o evento em 25 de julho, sendo um debate em alusão ao dia do engenheiro florestal e aos 24 anos da AEFEA que teve como tema a Instrução Normativa 28 de dezembro de 2024 que estabelece os procedimentos relativos as atividades de manejo florestal sustentável das espécies listadas no anexo 2 da convenção sobre o comércio internacional de espécies da flora e fauna selvagens em perigo de extinção - CITES, dos gêneros *Handroanthus*, *Tabebuia*, *Dipteryx* e *Cedrela*, por recomendação de parecer de extração não prejudicial e as regras de transição para autorização de exportação de produtos e sub-produtos madeireiros oriundos de florestas nativas do bioma amazônico, sendo que o evento foi muito importante pois estava presente a superintendente do Ibama Acre, presidente do Crea-AC e o diretor da caixa de assistência aos profissionais do Acre, além de professores, doutores e acadêmicos, sendo o evento dentro da UFAC e ao final a discussão levou para a fiscalização e a superintendente do Ibama ficou impactada com a pergunta que fez se ela tinha conhecimento do acordo de cooperação técnica entre Confea e Ibama, a qual não tinha conhecimento, mas que era favorável a esse trabalho em parceria dos órgão de fiscalização com os órgãos estaduais de meio ambiente e foi muito produtivo. Relatou também que o professor Dr. Tiago da UFAC que trabalha com manejo florestal e inteligência artificial já fez alguns estudos e levantamentos sobre esses gêneros, incluindo o cedro rosa, os ipês amarelo e roxo e o cumaru ferro, sendo que a demanda no Acre é muito grande em manejo florestal, sendo muito importante a discussão sobre a IN para fins de manejo e o conhecimento desses gêneros para fins de identificação e inventário florestal. Comentou sobre o assento que a AEFEA tem na câmara técnica, sendo publicada no diário oficial do estado a resolução SEMAF 04 de 24 de junho de 2025 que trata de concessão florestal em florestas públicas do estado do Acre, sendo muito importante pois até então não se tinha trabalhado essa questão do manejo florestal em florestas públicas. Comentou também sobre o calendário da AEFEA para setembro, que no dia 5 de setembro se comemora o dia da Amazônia e se tem um calendário com apoio da AEFEA para a 17ª Semana Florestal na UFAC e ao final se terá o jubileu de prata do curso de engenharia florestal da UFAC, campus Rio Branco que está completando 25 anos em 11 de setembro, onde serão homenageados alguns professores e outros que participaram da criação do curso, o hoje ex-governador do estado do Acre, engenheiro florestal Jorge Viana também contribuiu com a comunidade acadêmica para a criação do curso. Também relatou sobre a página nova da



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Almis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

AEFEA, que conseguiram uma parceria com a SBEF onde para as entidades filiadas é oferecida uma página, e convida a todos para acessarem a página e darem sugestões.

A Eng. Ftal. Tania Mara de Azevedo Giusti relatou que a presidente do Crea-PA montou um grupo de trabalho multidisciplinar com o Crea e outras instituições, universidade, órgãos públicos, energia, COSANPA, devido os problemas causados por quedas de árvores, das mangueiras, sendo prevista reunião dia 29 com os órgãos públicos e de energia para ver o relatório feito pela SEMA sobre a sanidade e efetuação de treinamento para a identificação para que não se tenham muitas quedas. Comentou sobre o CEP e a eleição dos delegados, dentre os 15 eleitos no estado, 6 são engenheiros florestais com mandato, e sem mandato e funcionários.

A Assessora Técnica Eng. Ftal. Jessica Cristina Maciel comentou sobre a consulta pública aberta até o dia 30 de agosto que surgiu a partir do grupo de trabalho do Confea para a COP30, com o objetivo de trabalhar nos 6 eixos e que os profissionais do sistema se manifestem em relação a quais atividades devem ser prioritárias para a fiscalização do Sistema Confea/Creas que culminará com um documento técnico com manifestação da agronomia, engenharia e geociências, com destaque para as atividades florestais e ambientais, a ser entregue na COP30 pelo Presidente do Confea, do Crea-PA e grupo de trabalho, então pede a colaboração dos colegas para que participem e façam suas manifestações. Esse documento também servirá para a construção de políticas públicas, para ser levado no ano que vem para discussão com os candidatos que se apresentarem e o sistema poder apresentar a parte técnica.

O Eng. Ftal. Juliano Gil Nunes Wendt relatou que na última sexta-feira em Santa Catarina foi fundada mais uma associação da grande Florianópolis, sendo a sexta associação e que Eliza e Reginaldo estão na diretoria. Comentou sobre uma iniciativa da diretoria técnica do Crea-SC de criação de um selo de qualidade para os cursos, também foi aprovado um procedimento de fiscalização para arborização que deve ser implementado em breve, assim como os outros dois da área florestal que já estão em atividade. Comentou também sobre uma ação conjunta em novembro de uma reunião dos Creas SC e PR.

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva relatou que no dia do engenheiro florestal em 12 de julho foi feita ação pela ASSEFLOR onde foram plantadas mudas, sendo que o prédio do Crea-RR é novo e ainda não tinha sido feita a arborização da área externa, o presidente do Crea-RR autorizou, sendo que coincidiu com a semana em que estava em exercício da presidência.

O Eng. Ftal. Sinval dos Santos Marques relatou que após o lançamento da cartilha de arborização, teve um colega que viu uma poda de árvore de uma forma incorreta e lhe enviou uma foto e essa foi então enviada para setor de fiscalização do Crea, sendo que no dia seguinte os fiscais foram até o local e verificaram que a poda tinha sido efetuada pela EDP que administra a questão de luz no estado e ela mencionou que tem vários profissionais, mas que no quadro da empresa não existe o profissional engenheiro florestal e esse é um dos grandes problemas no estado. Relatou também que desde o início do ano se está com uma nova equipe de profissionais



João Almir Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

recém formados e com menos de 10 anos de formados que estão tocando a associação AEFES de uma forma maravilhosa, sendo pessoas com vontade de fazer as coisas e que dominam as ferramentas atuais de comunicação. Comentou também sobre a SOEA que ocorrerá no estado de 6 a 9 de outubro e que na semana seguinte vai ter o 5º SCIFLOR e que os colegas que puderem emendar, será importante a participação no evento que surgiu por meio do nosso incentivo e do Prof. Marcos Vinícius que procurou o Prof. Eleandro e no dia que o Presidente Joel estava na reunião foi o momento de fazer acontecer e aproveitar as oportunidades.

O Eng. Ftal. Ulysses Bottino Peres relatou que se tem trabalhado na questão de fiscalização e paralelamente na criação da segunda associação de engenheiros florestais, mas que estão encontrando muita dificuldade em atualizá-la por conta de documentações junto ao cartório, para que em setembro possa dar entrada no Crea-SP com a documentação.

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado relatou que no Crea-SP foi aprovado junto a comissão de meio ambiente, onde foi convidado para participar e no momento está como coordenador adjunto do CDER e que estão desenvolvendo um trabalho de descarbonização, estando à frente engenheiros florestais e agrônomos para a compensação do carbono emitido em todas as sessões plenárias do ano, assim como para as reuniões ordinárias do CDER.

A Eng. Ftal. Érica Souza Rossi relatou que a AEFA aprovou um projeto junto ao Confea para realização de 28 a 31 de outubro do 1º Congresso Amapaense de Engenharia Florestal, aproveitando que terão pessoas do INPA no estado como o Prof. Niro, ficando o convite a todos que tiverem interesse em participar. Comentou sobre as cobranças nas ações de fiscalização nos municípios que estão se habilitando junto ao Sinaflor para efetuar licenciamentos, sendo que tem 2 municípios já habilitados e 13 em habilitação, sendo também prestada assessoria nesse sentido para fortalecer a engenharia florestal e em todos os casos somente engenheiros florestais que estão atuando junto ao Sinaflor tanto na análise quanto no processo de credenciamento de projetos para licenciamento de supressão ou manejo.

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto relatou sobre a cobrança da fiscalização quanto às informações individualizadas do grupo agronomia e florestal separadas, justamente para pleitear um fiscal da nossa área. Comentou sobre uma nova consulta recebida de profissional, se ele poderia ser responsável por um viveiro municipal de mudas de cacau, onde novamente se teve uma negativa da câmara de agronomia e aprovada na câmara de florestal e que agora irá para plenária, sendo que será efetuado diálogo com os conselheiros das outras modalidades. Também comentou que tem sido revistos alguns processos antigos que eram desfavoráveis à engenharia florestal com novas opiniões e para que o próximo coordenador esteja melhor amparado por meio de decisões que não sejam ambíguas, e que tem a oportunidade de contar na câmara com profissionais do meio acadêmico representantes da universidade federal e representantes que atuam na área de prestação de serviços e tem defendido os profissionais autônomos, sendo o diálogo e discussões entre os conselheiros sempre muito produtivos.



João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEE

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Informou que no dia 12 de julho ocorreu uma atividade social, uma feijoada na associação AREF e no último sábado teve o 9º arraial da AREF que contou em sua maioria com engenheiros florestais, mas que ainda necessita de maior participação dos profissionais, assim como no CEP onde saíram 30 propostas, mas que na fase regional Porto Velho a maioria dos profissionais eram os funcionários do Crea e conselheiros e os demais profissionais não estão participando, sendo que os 5 delegados foram por aclamação onde cada um fez uma proposta e no CEP estadual tinham apenas 37 profissionais e o horário no período da manhã dificultou a participação, sendo eleito apenas um delegado engenheiro florestal. Teve uma proposta referente a arborização urbana. Relatou que Rondônia está precisando fundar mais uma associação pois a engenharia florestal vem perdendo força e irá recorrer aos colegas com expertise para auxiliar, de instituição de ensino hoje tem somente o Instituto Federal e Ji-Paraná e a UNIR em Rolim de Moura, com representante apenas da UNIR na florestal, mas que tentarão a indicação de conselheiro também do Instituto Federal, não tem mais o curso da FARO. Relatou também que os dois últimos conselheiros que eram da FARO faleceram, os professores Eugenio e Marcelo, sendo que o Marcelo Sobrinho faleceu no primeiro ano de seu mandato, que era o último ano dele, e que pode presidir a última plenária em que ele participou, e que acabou falecendo três dias antes de uma homenagem que ocorreu na assembleia dos 40 anos do Crea-RO. Relatou que infelizmente não conseguiram ampliar o número de vagas para conselheiros no Crea-RO, sendo atualmente 25, mas o Confea não deixa ampliar, mesmo com orçamento para aumentar em pelo menos mais 5 vagas, e provavelmente a AREF irá perder uma vaga, conforme reunião que ocorrerá da renovação do terço.

A Eng. Ftal. Elizangela Bortoluzzi relatou que com relação a criação da nova associação, foi muito rápida a mobilização para criar a associação da grande Florianópolis e que utilizou como estratégia convidar a gerente de procedimentos do IMA - Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina, que é engenheira florestal, para trazer os técnicos engenheiros florestais do IMA para dentro da associação, sendo mapeados os engenheiros florestais da associação dos municípios da grande Florianópolis, que eram mais de 250, e que não estavam em nenhuma outra associação, sendo que já conseguiram trazer mais de 50 profissionais para essa associação, nem todos com o Crea ativo, mas que será um trabalho a ser desenvolvido ao longo desses três anos para daí ingressar no Crea-SC, onde o Crea inclusive apoia esse processo. Com relação ao CNP, se tem hoje uma profissional engenheira florestal sem mandato como delegada.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que no Paraná, em comemoração ao dia do engenheiro florestal, foram efetuadas uma série de eventos junto com as reuniões ordinária do Crea-PR de julho, sendo no dia 8 de julho a noite uma homenagem aos engenheiros florestais na Assembleia Legislativa do Paraná, uma iniciativa dos colegas da APEF apoiados pelas outras entidades, com uma boa repercussão na mídia e mais de 200 pessoas na assembleia entre colegas, familiares, políticos, assessores, etc., e no dia 9 de julho tivemos um evento técnico



CCEE

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Aleris Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

juntamente com uma reunião extraordinária da câmara com a participação de 68 colegas e que também teve uma repercussão boa. Informou que a CEAP do Crea-PR também criou um selo de conformidade dos cursos, como uma forma de valorizar os cursos e aproximar estes do Crea, assim como os professores, sendo mais uma das diversas iniciativas como o prêmio Paraná de TCCs, prêmio Paraná de extensão universitária, destaque para acadêmico, destaque profissional. Comentou também sobre a ação após o contato do Prof. Marcos Vinicius que passou o projeto e que foi entregue para o presidente da Mútua na 2ª Reunião resultou em recurso para o evento em outubro no Espírito Santo.

6 – Avaliação da participação dos representantes do Sistema Confea/CREA (CCEEF, CCEAGRO etc.) nas Oficinas de Elaboração do Plano Nacional de Arborização Urbana (PLANAU).

O Eng. Ftal. Giancarlo Brugnata Chelotti relatou que participou da oficina em Campo Grande/MS e tiveram alguns embates com biólogos, sendo claro o tema como território de disputa, já no DF o embate é maior com arquitetos e urbanistas, devendo nos posicionarmos firmemente a respeito para não acabarmos sendo engolidos a respeito. O embate foi positivo e a cartilha do Confea foi duramente criticada, mas demonstra que alcançou seu objetivo de firmar posição e mostrar as competências, sendo depois elogiados por terem feito a cartilha, reforçando esse território de disputa, para ficarmos atentos.

O Eng. Ftal. Edison Bisognin Cantarelli relatou que participou do PLANAU e gostaria de parabenizar por esta iniciativa puxada pelo Eleandro, e que é uma área que se tem ainda distinta em várias regiões e que percebeu que o Paraná é um estado que está bem articulado com prefeituras que tem vários profissionais, sendo que o Rio Grande do Sul está bem atrás em relação a arborização urbana ser um tema da engenharia florestal.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva relatou que teve uma oficina em Pernambuco, que teve uma troca de secretaria de meio ambiente em Pernambuco com um novo secretário que esteve também presente, com as contribuições que se esperava e foi muito bom com auditório cheio, chegando a ser um evento florestal com profissionais dos quatro cantos do estado e até do sertão. Comentou que não podemos ter esperança que os municípios façam os seus planos municipais, o que tem que ser feito são os estados definirem a política e plano estadual e viabilizar o plano de todos os municípios do estado, sendo que tem recursos do governo federal.

O Eng. Ftal. Felipe das Neves Monteiro relatou que participou da oficina em Campo Grande e fizeram a entrega do manual elaborado ano passado junto a câmara e durante a entrega o pessoal da biologia bateu bastante, sendo que a equipe de biólogos que estava presente, é a equipe com que trabalha no conselho municipal de meio ambiente de Campo Grande e diversas vezes eles dão uma abafada no manual e entendem que deveria se falar que arborização urbana não é



CCEEF

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alexsandro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

atribuição exclusiva de engenheiros florestais e agrônomo, mas também dos biólogos, sendo a pauta com eles que então a biologia que faça o seu próprio manual, não tendo sentido o sistema levantar bandeira para outras profissões, mas sim argumentar de forma técnica porque somos habilitados a exercer determinada função. Na parte da tarde da oficina ocorreu argumentação em diversos grupos a importância dos profissionais engenheiros florestais como mais habilitados a atuar com arborização urbana, mas que ainda não se conseguiu levantar essa bandeira devido alguns colegas que ainda não tratam a arborização urbana como uma grande área da engenharia florestal, não sendo dada a devida atenção ao tema que ele merece, mesmo não atuando na área, mas importante ser o engenheiro florestal a atuar nesse recurso e infraestrutura.

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva relatou que com relação ao PLANAU, o presidente informou que o e-mail chegou muito em cima do dia e acabou direcionando um funcionário de carreira engenheiro agrônomo do Crea-BA para participar. Relatou também o fato trazido pelo coordenador da câmara de agronomia após a reunião da CCEAGRO de que nos debates foi levado para a nacional de agronomia sobre o que tem acontecido no quesito de inventário florestal na Bahia, onde como conselheiro tem sempre se posicionado firmemente no Crea-BA e pedindo vistas de processos e justificando, de que agrônomos nos cursos da Bahia não tem aptidão natural para inventário florestal e manejo, que nesse tempo apareceu apenas um profissional com pós-graduação completa na área, que para esse não teve discussão e foi aprovado por unanimidade, mas que todos os outros são formados apenas com uma disciplina de silvicultura de plantadas, mas chegam solicitando inventário, pois antes era aberto o código e agora querem manter o código, sendo que entraram na justiça e foi concedida liminar para conceder o código. Toda essa questão foi juntada pelo coordenador da agronomia e levada para a nacional, sendo que o conselheiro federal da agronomia citou que deveria ser pessoa não grata no Confea pelo que tem feito na Bahia, mas que interpretou de que se estão criticando, é porque está fazendo um bom trabalho.

A Eng. Ftal. Tania Mara de Azevedo Giusti relatou que todos da câmara, inclusive suplentes, participaram de todos os PLANAU e agradece a presidente Adriana pelo apoio e a SBAU, sendo que o Confea enviou o convite para um participar da região norte, mas colocaram a participação de todos conselheiros e suplentes, indo 3 para Curitiba, 3 para Manaus, 2 para região oeste e 1 para a região sul.

A Eng. Ftal. Cláudia Viana Urbinati relatou em relação ao PLANAU que a experiência de aprendizado foi muito válida e considerando que o estado do Pará, em especial Belém, que está muito atrás dessa questão de atender as demandas de mudas, estão criando um acordo de cooperação técnica entre universidade, Embrapa, SEMA para implementar novos viveiros para suportar a demanda que virá da arborização urbana, que será iniciada por zonas quentes e quatro bairros eleitos de periferia com o intuito de minimizar assaltos e melhorar a questão de arborização e clima.



CCEEF

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alencar Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEE

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva relatou que esteve presente, juntamente com outro conselheiro do Crea-RR, no PLANAU ocorrido em Manaus, sendo a oficina muito interessante, sem grandes embates e com a presença forte do Conselho, parabenizando a ação do Crea-PA, onde tiveram uma ação interessante e palestra com o Prof. Everton, também se teve uma conversa boa com o diretor de meio ambiente urbano do ministério de meio ambiente Mauricio Guerra que gostou da cartilha apresentada e possibilidade do plano avançar para os municípios e que o Conselho pode ser uma ferramenta, também contou com a participação do Coordenador da CCEE Eleandro via link.

O Eng. Ftal. Ulysses Bottino Peres relatou que em relação ao fórum de arborização urbana, quem participou em Campinas foi a coordenadora da câmara e o Luiz Gustavo, que poderia falar com mais propriedade sobre o que aconteceu no encontro.

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado relatou que foram designados para participar a coordenadora da câmara de agronomia, a vice-presidente e ele como engenheiro florestal, sendo um encontro bem produtivo, com alguns embates com biólogos, e que estes teriam atribuição para trabalhar com arborização urbana, mas não com tudo, mas fazem parte da discussão e teria que se levar em consideração. No que foi discutido no PLANAU, ressaltou preocupação com a forma de execução, pois foi discutido e apresentadas várias propostas que disseram que seriam sistematizadas, mas a questão da execução pelos municípios será bem complexa na visão de São Paulo, não ficou claro como será a implementação e o avanço, pois muitos município sequer tem corpo técnico para avaliação de projetos, e quanto a questão de viveiros para atendimento tanto para a arborização urbana quanto para o programa de regularização ambiental, que é o segundo passo do cadastro ambiental rural. Entendeu que o Sistema saiu na frente pela indicação de todos os Creas para representação. Ressaltou também que o projeto de lei de autoria do Rodrigo como deputado federal, tem essa defesa dos biólogos.

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto relatou que Rondônia a princípio não encaminhou nenhum representante.

A Eng. Ftal. Elizangela Bortoluzzi relatou que participou do PLANAU em Curitiba/PR, que foi uma reunião muito profícua com participação de três vezes mais engenheiros florestais em relação aos demais profissionais agrônomos, biólogos e arquitetos, os palestrantes também eram todos florestais e a maioria dos que trabalhavam na prefeitura de Curitiba.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que o PLANAU em Curitiba contou com 28 florestais, 7 agrônomos e 5 biólogos, então foi um predomínio das discussões com os florestais, sendo um trabalho que foi iniciado e que tem que avançar. Com relação a cartilha, conforme informação obtida na semana passada no Confea, foi enviada uma remessa de cartilhas impressas a todos os Creas, então procurem se informar e distribuir ao visitar prefeituras e empresas. Relatou que agradeceu a presidente do Crea-PA pela disponibilidade e empenho em enviar os representantes para as diversas oficinas, que foi muito importante e isso tem mostrado



João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEFF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

o engajamento político dos engenheiros florestais com os Creas, que tem dado bom resultado com a ocupação dos espaços que podem ser ocupados. Agradeceu a intervenção do colega Marcos Wanderley que estava em Manaus com o Mauricio Guerra, sendo que conversaram por telefone intermediados pelo Marcos, semana passada em Brasília, em uma agenda no Ministério do Meio Ambiente, apresentou um projeto de uma fábrica de projetos sobre planos municipais de arborização urbana para atender as demandas com base na UTFPR e parcerias, e também nessa ocasião, com relação a operacionalização do PLANAU o Mauricio Guerra solicitou que a CCEEFF intervisse junto ao Confea para a realização de um ACT entre o Ministério do Meio Ambiente e Confea, para que o Confea fiscalize a atuação de estados e municípios na fase seguinte do PLANAU de implementação de incentivo aos municípios, então essa seria a novidade, sendo que já foi falado com a gerência de relações institucionais do Confea e foi formalizado e-mail para iniciar os trâmites, sendo relacionadas as vantagens para os profissionais, Confea e Creas, que viabilize a parceria do Confea junto com o Ministério do Meio Ambiente para fiscalizar a atuação profissional junto aos estados e municípios principalmente quanto a implementação dos planos municipais de arborização urbana. Também será conversado com o Nielsen para auxiliar nesse monitoramento no Confea. A discussão do tema arborização urbana é bem interessante e precisamos marcar posição, pois os arquitetos e biólogos, CAU e CFBIO, estão de olho nisso, talvez até atuar com a judicialização, e os engenheiros florestais deixaram de ocupar esse espaço, o Rio de Janeiro que é um exemplo de que nunca deixou de ocupar esse espaço, e essa fortificação de atuação da engenharia florestal dentro do tema arborização urbana tem avançado muito, com a diretoria e presidência da SBAU. Relatou uma conversa na prefeitura de Berlim, na Alemanha, referente a registros de queda de árvores, onde praticamente não havia quedas de árvores, pois eles cortavam antes dela cair com um manejo preventivo e análise de risco de queda, também se tem que ter o entendimento que a engenharia florestal não é mais só plantar eucalipto no sul e sudeste e manejar floresta nativa no norte, mas é muito mais que isso e precisamos avançar nesse entendimento.

7 – Verificação do andamento das ações prévias dos Grupos de Trabalho para a elaboração das propostas presentes no Plano de Trabalho Anual.

-Item 2 do Programa de Trabalho:

Apresentar contribuições (dúvidas e/ou dificuldades encontradas) quanto ao cumprimento das metas estabelecidas no Manual de Gestão do Programa de Transferência de Recursos aos Creas para o Fortalecimento, Aprimoramento e Aumento das Ações de Fiscalização do Exercício e das Atividades Profissionais - Programa Fortalece (Resolução nº 1.135/2022).

Responsáveis: (Creas BA, AC, SP, PE, RN)



CCEEFF

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alonís Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEE

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

A Assessora Técnica Eng. Ftal. Mara Rubia Soares efetuou esclarecimento de que, no início do ano, quando a CEEP colocou essa diretriz para as coordenadorias, o manual de fiscalização e o normativo estavam vigentes, mas na plenária de junho o Programa Fortalece foi revogado, sendo que o novo normativo (Res. nº 1.151/2025) que veio para substituir a Res. nº 1.135/2022, passará a valer a partir de janeiro. Assim, há a diretriz para cumprir, mas o normativo está revogado, sendo que a nova resolução terá manuais, que ainda serão aprovados pelo Confea, os quais poderão vir a aproveitar itens dos manuais anteriores. Então, sob esse ponto de vista seria válida a manifestação das coordenadorias. As coordenadorias de Agrimensura, Geologia e Minas, Agronomia e Civil fizeram proposições. A coordenadoria de Química, que está se reunindo também nesta data, até o momento não havia tratado do assunto por entender que havia perda de objeto.

A Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal - CCEE elaborou a **Proposta nº 06/2025-CCEE**, com proposição de se implementar um sistema de monitoramento BI mais eficiente para acompanhar as ações de fiscalização, garantindo mais transparência e controle dos recursos transferidos.

-Item 6 do Programa de Trabalho:

Viabilizar o registro dos egressos do curso de Engenharia Florestal junto ao Crea.

A Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal - CCEE estudou a ação prevista no programa de trabalho e decidiu não elaborar proposta, neste momento, tendo em vista que a parte do registro dos egressos já é efetuada e que operacionalmente não é viável demais ações, além de que estas seriam para todos os cursos e não apenas para a engenharia florestal, o que acarretaria em um distanciamento ainda maior em relação às demais profissões devido à pequena proporção da engenharia florestal.

8 – Repasse de informações sobre o andamento de projetos de lei e demais ações no Congresso Nacional, relacionados à Engenharia Florestal.

Apresentação, de forma remota, da Assessora Parlamentar do Confea Maisa Barbosa, que agradeceu o convite para poder trazer um pouco do trabalho da assessoria parlamentar para as coordenadorias de câmaras, que é um trabalho muito sistemático. Informou que atua com assessoria parlamentar no Confea e com assessoria institucional e relações governamentais que é um pouco mais amplo do que o parlamentar.



CCEE Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Apresentou o tema Panorama Geral da Engenharia Florestal na Câmara dos Deputados e Senado Federal, onde citou a plataforma Data Polis que é utilizada para o acompanhamento diário dos projetos que são apresentados e das principais tramitações destes, atualmente 320 projetos de lei, medidas provisórias e projetos de emendas à constituição que estão em acompanhamento, sendo o maior número de projetos hoje na modalidade agronomia e florestal em 5º lugar, especificamente na área da florestal estão sendo acompanhados 40 proposições, sendo 27 na Câmara dos Deputados e 13 no Senado Federal, podendo impactar direta ou indiretamente a área florestal.

Citou que em 2025 foi lançada a Agenda Legislativa Prioritária da Engenharia, Agronomia e Geociências com evento na Câmara dos Deputados que contou com 40 parlamentares entre deputados e senadores, com apresentação dos principais projetos acompanhados que são 30, com ações preventivas e repressivas.

Principais Projetos:

- PL 1024/2020 – Lei Engenharia. Altera a Lei nº 5.194/66
- MSG 482/2025 – Acordo Mercosul - PDL 394/2024. Acordo Marco do Mercosul de reconhecimento recíproco e outorga de matrículas para o exercício profissional temporário da agrimensura, agronomia, arquitetura, geologia e engenharia.
- PL 4309/2021 – Arborização Urbana. Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, Cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana.
- PL 3113/2023 – Arborização Urbana. Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, Cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana.
- PL 384/2024 – Tecnólogo. Regulamenta o exercício da profissão de Tecnólogo nas áreas abrangidas pelo Confea.
- PL 6014/2013 – Inspeção Periódica. Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica em Edificações (Lite).
- PL 4553/2023 – Engenharia Solidária. Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas ou profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem projetos para atendimento de comunidades carentes, mutuários e proprietários de imóveis.
- PL 3081/2022 – Desregulamentação das Profissões. Revoga e altera Leis, Decretos-Lei e um Decreto, a fim de desregulamentar profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial.
- PL 3118/2026 – Carreira de Estado. Caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos, quando ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alesio Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

-PL 2315/2023 – Política para Mulheres. Dispõe sobre a criação de Programa para a inserção profissional de mulheres na construção civil e dá outras providências.

PDL 376/2024 – CFBio. Susta a Resolução n 715/2024, do Conselho Federal de Biologia – CFBio.

PL 2283/2021 – Vistoria Imóveis. Dispõe sobre procedimentos nas avaliações de imóveis destinados a órgãos e entidades públicas federais.

-PL 4012/2025 – Seguro ART. Institui o Seguro de Responsabilidade Técnica (SRTART) vinculado à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

-PL 4013/2025 – Remuneração Mínima. Estabelece a remuneração técnica proporcional para os profissionais da Engenharia e Agronomia no exercício da responsabilidade técnica, e dispõe sobre a valorização profissional no âmbito do Sistema Confea/Crea.

Lei 15.190/2025 – Licenciamento Ambiental. Lei sancionada em agosto de 2025.

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva comentou que com relação a Lei de Licenciamento, os noticiários informaram e também a Ministra Marina Silva, que futuramente serão feitos decretos para regulamentar e também referente alguns vetos, que ainda estariam em aberto. Questionou também sobre a PL de Remuneração mínima, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que seria um percentual em cima do valor da obra ou serviço, pois maior seria sua responsabilidade.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun questionou sobre o PL-6014 que trata da inspeção periódica, se envolveria a área florestal, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que se aplicaria somente a edificações.

O Eng. Ftal. Sinval dos Santos Marques comentou sobre o PL-4309 e PL-3113 sobre arborização urbana que estão com ponto de atenção, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que os projetos não estão fazendo vinculação com os profissionais da engenharia e seria aí a atuação, mas que como os projetos estão já bem adiantados em suas tramitações, foi levada uma sugestão de emenda de redação e contato com parlamentares. Comentou também sobre um problema enfrentado do Espírito Santo, de que vários produtores na década de 70 efetuaram plantios de pau-brasil para fins comerciais, para corte ao longo dos anos, hoje são áreas de plantio com mais de 50 anos, que esperava-se fazer arcos de violino, mas que atualmente não estão conseguindo autorização para fazer exploração dessas árvores plantadas, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que esse tema está sendo acompanhado, não pelo Confea, mas pelo setor agro e deputado Rodrigo Agostinho, que já era presidente do Ibama e que o argumento dele era que a falta de pessoal era o impeditivo, mas que está sendo conduzido por uma associação de produtores de florestas plantadas.

O Eng. Ftal. Giancarlo Brugnata Chelotti questionou se além de Câmara e Senado, se teria alguma atuação no poder executivo, em especial no tema concursos públicos, onde se tem visto vários editais ignorando engenharias e em especial engenharia florestal, sendo efetuada alguma



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Carlos Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

fiscalização no âmbito de associações e Creas regionais, mas se teria alguma atuação do Confea nesse sentido e que todas as outras câmaras tem interesse nessa questão dos concursos, não poderia ser criada uma assessoria institucional para trabalhar com o poder executivo federal, sendo concursos uma pauta, mas questões do poder executivo como o Sinaflor também tem essa dificuldade de interlocução, e com relação aos projetos de lei sobre arborização urbana, comentou que pelas oficinas do PLANAU fica claro uma certa vaidade do presidente do Ibama em impor uma pauta da forma que está sendo pautado, pois normalmente uma política pública é criada via lei e depois vem as etapas de capacitação e disseminação de conhecimento sem nem ter uma lei aprovada ainda, sendo que ainda podem ter emendas de plenário, vetos em partes, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que concorda que o projeto deveria ser amplo, mas que está adentrando em detalhes que deveriam ser tratados no âmbito de regulação, e que o projeto está tendo apoio no congresso e que os projetos vão caminhar em conjunto e substitutivo com uma emenda ampla que possa modificar os projetos de lei, mas que não acredita que no legislativo irá acontecer agora, e que ainda tem um amplo caminho pela frente, podendo ainda passar pelo plenário como recurso para apreciação ou requerimento de urgência. Com relação a editais de concursos públicos o Confea não tem efetuado acompanhamento sistemático, não tendo sido encaminhado demanda até o momento, mas que pode ser avaliado e se tenha uma estrutura e que o Confea hoje tem uma gerência de relações institucionais que acompanha o tema sobre demanda, por exemplo no caso de atualização salarial onde se trabalhou fortemente com os profissionais dos institutos federais que entendiam e requereram uma redução de carga horária para se equiparar aos demais profissionais como os médicos e que tem-se efetuado ação com parlamentares, também citou a questão do EAD que trouxe o decreto que impôs limite de percentual que poderia ser ministrado em EAD para as profissões de engenharia, sendo que hoje não há uma pessoa para avaliar sistematicamente todos os editais de concursos e também não há uma orientação estratégica que este tema seja avaliado sistematicamente.

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva comentou sobre o projeto de lei 3118/2023, sobre a carreira de estado, que seria substituir a profissão de engenharia como uma profissão obrigatória para os órgãos federais, estaduais e municipais e que teria uma tendência dele ser rejeitado, mas questionou se com o avanço dessa dilação não seria uma ferramenta a mais para contribuir com a inserção de engenheiros nos concursos, ou que não querem avançar por entrar em choque com interesses da administração pública, ao obrigar municípios deficitários a contratar vários engenheiros para cada secretaria, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que a intenção era avançar com esse projeto e se tem trabalhado para que esse tema não saia da pauta.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun questionou sobre o PDL que trata das resoluções do CFBio, pois estávamos justamente discutindo sobre as resoluções do CFBio e sombreamento profissional e que essa estratégia de um projeto de decreto legislativo para contrapor essas resoluções do CFBio parece interessante e queria entender melhor como tem sido



CCEEF

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

operacionalizado e qual seria o instrumento mais adequado PDL ou a judicialização, sendo esclarecido pela assessora parlamentar que a comissão de harmonização identificou aqueles pontos de sombreamento e que essa resolução 715 estava abarcando as atribuições dos engenheiros, que tem sido feito frequentemente pelo CFBio e se está atuando em termos de prevenir que isso aconteça, um projeto de decreto legislativo é apresentado em alguns casos, mas especificamente neste quando há um entendimento de que um ato do poder executivo exorbitou o poder regulamentar, a fim de sustar a norma, é um instrumento mais político do que pragmático, pois nos últimos anos somente 2 ou 3 projetos PDLs foram aprovados, como foi o caso do decreto do IOF. Esclareceu também que entende que poderiam ser tomadas ambas as medidas, tanto de um projeto de decreto legislativo como de judicialização, pois são coisas diferentes, sendo uma política e até por reforçar a questão do judiciário, comentou também que estavam havendo dificuldades para que o judiciário se posicionasse em relação a esse sombreamento de profissões.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun comentou também sobre a política nacional de arborização urbana, e que entende que são coisas que tem andado em paralelo e não uma coisa que puxou a outra, sendo que conhece o presidente da sociedade brasileira de arborização urbana Sergio Chaves da Paraíba, que antecedeu a colega Analice de Pernambuco, ele que junto com o deputado criaram o projeto de lei da política nacional de arborização urbana, inclusive tendo participação de diversos colegas sócios da SBAU e sua esposa que é professora universitária e pesquisadora da área também ajudou na construção e esse projeto iniciou em 2021, foi protocolado e vem caminhando em seu trâmite e com a mudança de governo, o ministério do meio ambiente, por exemplo, resolveu criar um trabalho que veio a somar nessa medida, não é algo que vem do Rodrigo Agostinho enquanto Ibama, veio dele enquanto deputado, que veio somando e o Ibama até é apoiador por fazer parte da estrutura do ministério do meio ambiente, mas são ações, a política nacional de arborização urbana enquanto projeto de lei e o plano nacional de arborização urbana do ministério do meio ambiente, apoiado pelo ministério das cidades, são ações em paralelo que estão se somando como política pública e não uma mesma linha que está se invertendo. E que uma coisa são os projetos de lei que vão acabar se juntando e outra coisa é uma política pública governamental do ministério do meio ambiente que está se somando a tudo isso, então são coisas distintas.

A Assessora Parlamentar Maisa Barbosa agradeceu o espaço aberto e se colocou à disposição no âmbito do poder executivo, sendo que trabalha sob demanda, sendo que no caso dos concursos públicos, se for de entendimento, fazer constar em ata para que haja um encaminhamento para um acompanhamento mais sistemático ou pontual, em termos de projeto de lei, está igualmente à disposição onde tem ações diretas e indiretas em mais de 320 projetos de lei e o monitoramento diário de projetos, requerimentos e outros tipos de atos normativos que são apresentados no âmbito do legislativo.



Spaio Alcinis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEFF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto comentou que em relação a assessoria parlamentar do Confea, ele precisaria mudar um pouco de estratégia, sendo que o assessor parlamentar do CFT e CFTA é o Valdir Raupp, ex-senador do estado de Rondônia, que é o pai da lei deles e sua esposa foi deputada federal, então eles tem ampla abertura dentro senado e da câmara, e que a assessora parlamentar falou que a lei de licenciamento ambiental não iria ser votada pelo MDB se fosse daquele jeito, pois Valdir Raupp foi presidente nacional do MDB, então tem o jogo político do CFT e CFTA, e o Confea poderia investir em uma pessoa que tenha abertura e esse poder do Valdir Raupp, sem desmerecer em nenhum momento a nossa assessora parlamentar. Relatou também que dois nomes citados na relatoria Confúcio Moura, senador de Rondônia, e quem desarquivou a proposta para a carreira de estado, Jaime Bagattoli, senador de Rondônia, sendo que ano passado esteve no gabinete dele, pedindo total atenção, mas a relatoria estava com senador de Amapá ou Roraima, e que esse projeto da engenharia virar carreira de estado não vai ser aprovado, pois vai onerar muito o governo federal, estados e municípios e isso demonstra que a gente não tem força.

O Eng. Ftal. Miguel Ribon Junior comentou que não só o CFT e CFTA, mas o CFBio também tem, que são políticos experientes que representam os conselhos. Agradeceu a Assessora Mara pela presteza e pronto atendimento e que foi a primeira vez que pode ouvir uma assessora parlamentar expor todos os projetos de lei que tem afinidade com a nossa área e também o status de cada um, sendo que seria interessante uma planilha para acompanhamento.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun esclareceu que a assessora Maisa faz um trabalho técnico e não político e que o Confea teria que contratar alguém para se ter um trabalho político junto com o trabalho técnico, por algum político influente que esteja sem mandato naquele momento que possa fazer esse trabalho e que seria uma proposta que podemos levar para o Confea, mas o trabalho da Maisa é muito por ser uma pessoa só, mas teríamos que buscar e tentar trazer uma atuação política, sendo que somente aqueles deputados que fazem parte de uma frente parlamentar da engenharia como temos no Paraná e em outros estados, não tem uma dedicação total necessária, então tem que ter um assessor parlamentar como a Maisa para o trabalho técnico e um representante político.

O Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen parabenizou o trabalho da Maisa perante o sistema, relatou que está na CCEEFF desde 2021 e que lhe estranhou uma PL do parlamentar que é nosso assessor da CCEEFF, deputado Tulio Gadelha de Pernambuco, que nunca apareceu na CCEEFF e não temos contato com ele, que o conselheiro coordenador da câmara de Pernambuco tentou vários contatos com os assessores dele, mas nunca deu voz para o coordenador de câmara do Crea-PE, e que isso lhe estranhou, dele vir com uma PL, sendo que nunca se dispôs a querer trabalhar em prol das propostas para o fortalecimento do sistema em prol da sociedade, pois ele está lá dentro defendendo o povo brasileiro, e isso lhe estranhou muito, pela CCEEFF ter um assessor parlamentar, uma representatividade que é o deputado Tulio



CCEEFF

Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Gadelha de Pernambuco e que nunca deu sequer um oi para a CCEEF, sendo que cada uma das coordenarias tiveram o seu representante e ele foi convidado várias vezes para estar com a gente, inclusive em reunião presencial, sendo que até o presidente do Crea-PE tentou e o Nielsen como vice-presidente agora do Confea e não tem nenhum diálogo com o Tulio Gadelha, que seria o nosso representante da CCEEF, justamente para ouvir os engenheiros florestais do sistema para ver os anseios e as propostas discutidas nas câmaras que são de interesse da engenharia florestal e do sistema. Relatou que as coordenarias nacionais tiveram os representantes, e o Confea colocou esses deputados como representantes das coordenarias nacionais, que era a frente parlamentar das engenharias.

O Eng. Ftal. Sinval dos Santos Marques comentou que a fala do Rino era importante, pois se lembra que a primeira vez que ouviu falar do Tulio Gadelha foi como sendo o nosso representante dentro da CCEEF, foi quando o Gustavo Lima levantou esse posicionamento e houve um esforço da parte do Pedro, então é importante que na hora que foi apresentado, também fosse exposto a opinião em relação ao Gadelha, mas nós perdemos mais uma vez uma excelente oportunidade.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun comentou que já perdeu esperança de aproximação com o Tulio Gadelha e que a linha de pensamento dele é ambientalista da Rede, não fechando com as nossas ideias de manejo sustentável, tendo que se buscar outras parcerias.

A Assessora Técnica Eng. Ftal. Mara Rubia Soares, sugeriu que a florestal elege-se alguns projetos de lei e que a cada reunião poderia atualizar os processos elencados na véspera da reunião.

9 – Repasse de informações: Acesso e aplicabilidade dos dados abertos do Ibama para a fiscalização do Sinaflor, com base no ACT Confea e Ibama.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun relatou que na reunião que teve em maio com o Presidente Vinicius e também em conversas com o Nielsen e com o grupo de trabalho que estava cuidando deste assunto, e após apresentações do colega do Ibama na reunião, tivemos uma deliberação de que cada um levasse como lição de casa conversar com seus departamentos de fiscalização, avaliar e testar a aplicabilidade dos dados abertos para a realização de fiscalização. No Crea-PR foi conversado com o pessoal do DEFIS e passados os links, sendo questionado o Tiago do DEFIS se dava para fazer a fiscalização com os dados abertos, que respondeu que até dava, mas que vai ser bem mais trabalhoso para o fiscal para localizar as informações faltantes em outras bases de dados, pois na lista de empreendedores aparece o nome do empreendimento, o CPF do empreendedor vem apenas com os três primeiros dígitos, para CNPJ aparece inteiro, e os dados de localização do empreendimento com latitude e longitude vem em UTM, mas que seria passível de conversão e os demais dados demandariam um trabalho de localização pelo



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

fiscal, principalmente no caso de empreendedor pessoa física. Com relação aos dados do responsável técnico, esse são mais anonimizados ainda, apenas aparecendo as iniciais do nome e os três primeiros dígitos do CPF e muitos estão com números de órgãos de classe vazios, o que dificulta bastante a fiscalização. Apenas na seção de autos de infração, nos casos onde ocorre multa, daí aparece o CPF inteiro do autuado e as coordenadas estão em um formato correto para localização. Também foi relatado que a página está separada por tipos de dados e que são 68 tipos de relatórios diferentes que se pode acessar. Também foi comentado pelo Tiago do DEFIS que onde houver ACT, se teria base legal para solicitar acesso aos dados completos, conforme parecer jurídico.

O Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen relatou, dando sequência na fala de ontem sobre fiscalização, de que, no Crea-AC, eles repassaram aos fiscais a apresentação realizada pelo servidor público do Ibama Leonardo, sendo que os fiscais acharam importante para conhecer o sistema, para que serve e como os engenheiros florestais usam o sistema, com relação a base, hoje temos muitas ferramentas para auxiliar a fiscalização, sendo uma delas a questão de localização de coordenadas, como a base Sigma que trabalha com informações de levantamentos de imagens de satélite e está envolvido com vários órgãos de controle e fiscalização do estado do Acre, mas que os fiscais do Crea-AC ainda tem uma deficiência de uso dessa ferramenta para balizar as informação através de dados do Sinaflor. Relatou que o coordenador adjunto Edimilson fez um trabalho de levantamento e foi observado que apenas com os dados abertos realmente não se tem base para balizar as informações para a fiscalização. A ferramenta é importante para nortear os fiscais, mas como nem todos os estados utilizam o Sinaflor como o Pará e Mato Grosso que tem seus sistemas próprios, também já dificulta um pouco a confrontação de dados e informações, além dos próprios Creas também terem uma diferença de sistema, alguns trabalham com o Sitac, outros tem outro tipo de sistema, sendo que em um sistema de fiscalização temos que padronizar as informações o que facilita o trabalho de fiscalização, e quando não temos essas informações é muito difícil do setor de fiscalização obter resposta para a sociedade.

No Pamgia se tem algumas informações, na segunda reunião o Leonardo apresentou os avanços que tiveram, como a atualização das informações na planilha, se tem um acréscimo como por exemplo das ARTs, podendo ser efetuadas consultas sobre a sua veracidade e validade, se o profissional é ou não do sistema, com relação as planilhas, como o sistema é nacional, ele se torna um arquivo pesado. Relata que a Érika na segunda reunião tentou através dos links acessar, mas que era um pouco complexo, que ela chamou o Leonardo para auxiliar em como fazer a busca por estado e quando foi levar a questão para o Acre e fazer as buscas, constatou-se conflitos de informações mesmo com a planilha com os filtros, ou seja, existem informações nas planilhas que não se cruzam, mesmo com a filtragem aparecem outros estados que não eram de interesse. Precisamos urgentemente sentar com a presidência do Confea, através dos estudos que



João Alencar Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

vamos fazer, sendo que o Crea-SP também já está fazendo esse trabalho, e levar essas informações mais detalhadas, então nessa reunião podemos começar a fazer esse trabalho de levantar o que se tem e que isso não auxilia o suficiente para a tomada de decisão dos fiscais dos Creas. Com esse trabalho se está no caminho certo, apesar de estar expirando o prazo de vencimento do nosso acordo que é ano que vem, pois tem um prazo de cinco anos, e se vai ser de interesse do Confea, junto ao Ibama, manter esse acordo de cooperação técnica.

A Eng. Ftal. Érica Souza Rossi relatou que na última reunião acessou os links e baixou todas as planilhas, mas que realmente só com as informações que se tem disponibilidade em acessar, não dá para encaminhar para a equipe de fiscalização atuar e não se consegue avançar no processo de fiscalização ou subsidiar qualquer ação para atuar com os Creas, sendo que precisaria no mínimo das ARTs disponíveis, que os filtros disponíveis não funcionam e quando foi inserido o estado do Amapá não veio informação nenhuma, sendo que lá tem muita atividade cadastrada no Sinaflor.

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado relatou sobre a demanda recebida referente a avaliação dos dados do Sinaflor e que estes realmente não estão organizados da maneira que deveriam, e conforme comentado sobre a reunião ocorrida com o Presidente Vinicius, onde foi alegado que os dados seriam insuficientes e que seria preciso entrar em contato com o Ibama para rever esta situação, mas que até então ainda não se tinha informação com relação a utilização do sistema para fins de fiscalização, então foi demandado para o Crea-SP, que teve uma reunião com a superintendência de fiscalização para organizar os dados e gerar produtos para a reunião com o Ibama. Relatou que foram gerados alguns produtos e o processo de fiscalização já se iniciou. Efetuou apresentação das planilhas geradas e dos dados abertos que constam nestas como as iniciais dos nomes, os três primeiros dígitos do CPF, o conselho de classe (não aparece em todos), título profissional (não aparece em todos) sendo nesse primeiro momento filtradas as atividades que se tem em São Paulo de supressão de isoladas e fragmento de vegetação e empresas, por exemplo sendo identificadas empresas inativas que não se sabe se não estariam atuando, identificados também profissionais de outros estados atuando em São Paulo para verificação de visto. Ressalta que nesse primeiro momento, somos nós fiscalizando nós mesmos, dentro do mesmo sistema, pois não vamos nesse primeiro momento ver qual o biólogo que está atuando ou outro profissional. Relatou que no Confea definiram por São Paulo, para se ter uma capacidade interessante do ponto de vista de fiscalização inteligente, o pessoal da TI junto com SupFis fizeram a integração desses dados, foi feita uma reunião com eles onde mostrou-se todas as informações, mas que também tem outros estados modelos como o Pará, pela questão do manejo, o Crea-MT e depois o Crea-MG e Crea-GO. Comentou que para a reunião de Brasília poderá trazer o Cleber, que é o braço direito da superintendência de fiscalização, sendo que ele que ajudou nesse processo de início do entendimento dos dados do Sinaflor, para ele fazer também uma apresentação sobre o Sinaflor, sendo que daí já teremos



João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

inclusive resultados de fiscalização. Após todas essas ações, poderemos chegar para o Ibama e falarmos que conseguimos fiscalizar e o resultado é esse, mas ainda é incipiente, sendo que até então a informação que se tinha era que os dados eram insuficientes, mas na realidade não é o melhor dos mundos, mas dá para se iniciar um processo de fiscalização e é o que está se tentando fazer em São Paulo.

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva relatou que teve conversas com colega engenheiro florestal de seu estado que hoje é diretor da DIFLOR da FEMARH que é o órgão ambiental estadual, que faz a gestão do Sinaflor no estado, e declarou que para atender o que Crea precisa, seria um login externo que é como os demais órgão de fiscalização fazem, com identificação de uma pessoa credenciada e o Ibama faria essa autorização. Relembra do que o Leonardo falou em Brasília de que o Sinaflor quer ver o que está acontecendo nos estados e na prática o que eles veem é só o que o órgão ambiental faz e envia para eles, por exemplo, se a FEMARH disser que o biólogo pode fazer o manejo, o Sinaflor não vai travar, e eles não tem interesse em fazer. Comentou que para sermos mais assertivos, temos que construir nos estados mesmos, pois para a FEMARH poderia se questionar porque estão aceitando tal profissional, do que se esperar chegar em Brasília, não que seja para se perder de vista esse caminho, o qual também deve ter continuidade, mas para que de forma mais prática a curto prazo seria pelo estado, com uma relação com o órgão ambiental estadual, buscando que o Crea tenha uma cadeira no conselho de meio ambiente para quem ainda não tem.

O Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen comentou que seria exatamente esse caminho, que tiveram problema com uma geógrafa com pós-graduação em engenharia florestal da Unyleya e que está registrada no Sinaflor e com projeto de manejo florestal e ART de inventário florestal, sendo que o Sinaflor não a bloqueou, sendo que a chefe da divisão florestal fez um documento via instituto de meio ambiente do Acre, solicitando ao Crea um posicionamento, e aí se tem a importância também de se ter uma câmara, onde o processo foi remetido da presidência para a câmara e o Edimilson foi o relator desse processo no plenário do Crea-AC onde foi indeferido por unanimidade e agora se está trabalhando junto ao departamento de registro do Crea para encaminhar o processo para a ética por reincidência, segundo a chefe da divisão florestal ela já foi oficiada mas continua por causa dessa pós-graduação. Relatou também que a Denise já tinha comentado que com relação ao curso de pós-graduação em engenharia florestal da Unyleya do Rio de Janeiro, já tinha sido enviada uma documentação do Crea-RJ de que não dava atribuição, mas apenas a anotação do curso. Comentou que no Acre também é o órgão ambiental estadual que encaminha para o Crea-AC que então remete a resposta para o órgão ambiental o licenciador dos planos de manejo florestal. Informou também que o Crea-AC continua com o trabalho junto aos fiscais para apurar mais as informações detalhadas. Esclareceu também que quando nas planilhas aparece a informação “apurar” refere-se também a algumas atividades onde não há a exigência do cadastro do responsável técnico, por exemplo para árvores



João Alenis Nito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

isoladas, no sistema não precisa de responsável técnico e ART e complementou mostrando a lista de atividades do Sinaflor constantes na apresentação efetuada pelo Leonardo do Ibama, que são exemplos que não precisam de responsáveis técnicos.

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado comentou que no próprio CAR tem a situação autodeclaratória, sendo que em São Paulo se tem um processo chamado Via Rápida Ambiental que é um processo simplificado, sendo que até já colocou a questão para a câmara de agronomia para que se faça um encaminhamento ao órgão ambiental, sendo que em São Paulo, por exemplo, intervenção em área de preservação permanente até 1.000 m², dentro de algumas categorias específicas do CONSEMA, não é necessária compensação ambiental e nem responsável técnico, sendo autodeclaratório, supressão de árvores isoladas, até 10 árvores isoladas seja nativa, ameaçada de extinção, você faz autodeclaratória e não precisa de profissional. Comentou sobre esses casos de quem é que identifica a espécie, sendo um absurdo essa questão de intervenção até 1.000 m², por não ter um responsável técnico, mas do ponto de vista administrativo é muito bom porque a licença sai online, então é necessário adequar essa situação de ter um responsável técnico, pois se não tiver essa ferramenta do via rápida ambiental, o processo fica muito tempo no órgão ambiental, sendo que tem processo de licenciamento lá com dois anos, de uma simples intervenção em APP, então a ferramenta é interessante do ponto de vista administrativo da celeridade, mas estamos brigando para que se tenha o responsável técnico, como a questão igual ao CAR, que faz treze anos e pouca coisa andou.

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva comentou sobre a questão da geógrafa, se como a pós-graduação em engenharia florestal da Unyleya não dá atribuição e já foi informado pelo Crea-RJ, como que conseguiu emitir uma ART de manejo no sistema Crea, sendo esclarecido que no Crea dela o sistema de ART é aberto, sendo citado que este ainda é um grande problema. Relatou também que na Bahia tem um caso de profissional da engenharia que fez uma pós na área rural e que conseguiu atribuição e executa, tendo ganhado na justiça.

O Eng. Ftal. Miguel Ribon Junior relatou que foi feito um parecer sobre a Unyleya, que também tem uma filial em Belo Horizonte e que disponibilizou o parecer para a Marcia do Rio de Janeiro, sendo que a instituição retornou no site informação referente o curso de pós-graduação em engenharia florestal EAD, onde tem estampado na página uma logo do Crea-RJ e que é reconhecido pelo Crea-RJ e pelo MEC, sendo que este curso já entrou no Crea-MG umas três vezes, sendo todas negadas, tendo também um curso de pós em agronomia.

A Eng. Ftal. Márcia Regina Garrido de Freitas relatou que a questão da Unyleya é um problema enorme no Rio de Janeiro, e que estão conversando com o presidente e negando, sendo que não podem impedir a anotação, mas que impedem a extensão de atribuição em todos os processos que passam, mas que essa questão é amparada pelo MEC e fica complicado.

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva comentou que com relação a questão da TOS, está com uma falha no Sitac, sendo que era para liberar para o profissional só o que a TOS libera para ele,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

mas o profissional mal intencionado coloca o que tem na TOS para liberar para ele preencher e na observação ele coloca o que ele quiser fazer e o sistema não trava, relatou também que em conversa com o presidente, foi discutido no último CP onde o Crea-MA desenvolveu um robô que está fazendo essa leitura da observação e que está travando, e estão levando isso para o Crea-RR também.

O Eng. Ftal. Ulysses Bottino Peres comentou sobre a CETESB e o corte de árvore isolada, que está exigindo que se faça o laudo independentemente do número de árvores, que foi um caso que pegou a pouco tempo atrás. Ressaltou que, como colocado pelo Marcos Wanderley, deve-se atuar junto aos órgãos estaduais e no caso de São Paulo, o Crea tem uma cadeira no CONSEMA, então esse talvez seja o ponto para que presidência com secretários se alinham para que possa chegar em uma situação ideal ou próxima para resolver muitos desses impasses com aventureiros que estão abraçando as habilitações dos engenheiros florestais, então uma integração mais próxima entre secretaria de estado de meio ambiente e Crea seria um passo bastante significativo para tentar vencer esses obstáculos.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva relatou que está faltando os florestais ocuparem os espaços, em Pernambuco além da APEF ter assento no conselho estadual, tem assento em vários conselhos municipais. Então hoje não existe uma discussão florestal no estado de Pernambuco sem a APEF participar e isso é um dos segredos para conseguirmos avançar em tudo, inclusive em editais. Eles mandam o ofício e é atendido, não precisa de ação do Crea; que a própria entidade pode fazer, não esperando aproximação do presidente e secretário. Questionou se em São Paulo os dados dos processos digitais não ficariam disponibilizados e se o órgão ambiental não poderia disponibilizar, pois isso é público e teria que ser disponibilizado. Em Pernambuco é assim, sendo que quando foram verificar as ARTs tinha engenheiro civil emitindo ART para manejo e supressão de vegetação, sendo que essas ARTs compuseram processo no Crea e daí o profissional vai ter que responder e quem deferiu também. Citou que hoje não se consegue mais, pois o Sitac que é travado, mas antes se marcava que responderia no caso de informações falsas, e que é importante os florestais fazerem parte das comissões de renovação do terço e de ética, sendo que quando acontecem esses processos, ele deixa subjetiva a questão de que caberia a cassação de registro e comentou como que dois órgãos federais de fiscalização não conseguem fazer um filtro de ARTs falsas, o que é muito sério. Sugeriu que poderia ser uma boa alternativa para São Paulo fazer um treinamento por região para os fiscais do Crea e fiscais ambientais dos municípios, convidando o Leonardo do Ibama.

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado complementou que em São Paulo se tem acesso junto ao portal de licenciamento da CETESB dos licenciamentos, só que aparece só o empreendimento, mas não a ART. Com relação ao preenchimento do Sinaflor relata que nas informações se coloca apenas o número da ART, sem precisar anexar documento, pois a



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alonís Nito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

premissa é que esse está no órgão ambiental estadual e aí que é o problema, em São Paulo o técnico que analisa o processo vê que tem uma ART e não quer saber quem é o profissional.

A Eng. Ftal. Tania Mara de Azevedo Giusti comentou que no Pará o órgão ambiental envia questionamento para o Crea-PA, mas quem analisa os projetos na SEMAS são mais os florestais. Comentou também sobre os processos de ética de que a comissão somente sugere e que seria somente a advertência e censura pública e que não estão indicando cassação.

A Eng. Ftal. Érica Souza Rossi relatou que antes de se iniciar um processo de manejo e supressão o engenheiro tem que estar habilitado dentro do Sinaflor, então essa primeira habilitação que tem que ser trabalhada, e o órgão estadual, municipal ou Ibama que habilita os profissionais e questionar porque o órgão está habilitando profissionais que não tem competência para estar atuando.

O Eng. Ftal. Miguel Ribon Junior comentou que relatou dois processos de ética de profissionais da Vale que atestaram em escritório sobre a estabilidade da barragem de Brumadinho sem ter ido até o local e tiveram seus registros cancelados.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun comentou que a percepção do DEFIS do Crea-PR é a mesma do Crea-SP de que até dá para fiscalizar e solicitou que continuassem com os testes no Sinaflor e fiscalização para que tenhamos informações e resultados, e que devemos enumerar todas as informações trazidas hoje e enviar uma correspondência ou e-mail formalizando a solicitação de uma reunião para a presidência envolvendo a SBEF, Presidente e Nielsen com as informações do que precisa para avançar, caso não aconteça, poderia se encerrar o convênio, pois somente com os dados abertos apesar de ser possível fiscalizar um pouco, é muito trabalhoso e o fiscal vai ter que ficar buscando informações em outras fontes.

O Eng. Ftal. Marcos Augusto Rino Barreto da Silva Nen relatou que tem auditores do Tribunal de Contas do estado do Acre que são engenheiros florestais e que está sendo solicitado o acesso aos sistemas para auditores servidores efetivos, tanto de licenciamento ambiental, de controle ambiental e de fiscalização.

O Coordenador Adjunto Eng. Ftal. João Alexis Neto comentou que a polícia federal tem um login de acesso ao sistema, e questionou como foi esse acesso, se por via judicial, pois caso não se consiga acesso, poderia ser judicializada a questão.

O Eng. Ftal. Marcos Wanderley da Silva respondeu ao questionamento de que entende de que nós, como órgão fiscalizador, temos plenos poderes e direitos iguais ao ministério público federal e polícia federal, mas precisamos querer fazer isso, e que não feriria a LGPD, pois o acesso seria para um servidor público de um órgão federal de fiscalização e que tem a sua responsabilidade com a lei, sendo a justificativa a segurança e defesa da sociedade, então temos que pedir um acesso externo como órgão fiscalizador e diante de uma negativa, daí aciona-se o jurídico.



CCEEF Coordenação de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alexis Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Eng. Ftal. Luiz Gustavo Martinelli Delgado comentou que a questão da judicialização é um caminho e que foi discutido na reunião com o Presidente Vinícius, mas o que ficou definido é que primeiro precisamos ter a informação para chegar no Ibama com esses dados e falar que são insuficientes para a fiscalização, isso que foi acordado, então nesse primeiro momento a judicialização ainda não é interessante, sugeriu que na reunião de novembro se venha novamente com uma pauta específica sobre Sinaflor e que tragam as informações como de São Paulo, inclusive convidando o Cleber que fez todo esse filtro e que pode compartilhar sobre as dificuldades, e convidando o vice-presidente Nielsen para estar presente.

O Eng. Ftal. Gustavo de Lima Silva comentou que entende que poderiam ser efetuados os dois encaminhamentos de colocar o Ibama, estados e municípios para fazer uma capacitação, sendo organizado pelo Confea, encaminhando um ofício para esse treinamento dos analistas do Ibama, dos conselheiros, dos fiscais dos órgãos ambientais estaduais e municipais, sendo que o Nielsen já está sabendo.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun comentou que é pertinente, mas que são duas coisas complementares sobre o mesmo tema, um encaminhamento seria continuar fazendo os testes e buscar interlocução nos órgãos estaduais, buscar apoio para treinamento conjuntos e encaminhamento de e-mail à presidência do Confea expondo a situação com base nos relatos e sugerindo o que precisa ser feito e pedindo providências, ressaltando o prazo final do ACT, por exemplo citar os testes e resultados que nós temos e apresentar os exemplos, solicitar o acesso dos dados para os fiscais dos Creas, pelo menos o chefe do DEFIS de cada Crea ter acesso aos dados completos com um login com registro de entrada e dados que acessou, trazer as percepções do DEFIS sobre isso, e ressaltar que a fiscalização, a defesa da sociedade está sendo cerceada nesse momento, ou seja, se depois de todas essas tentativas que enumeramos, não adiantar, o caminho é o ministério público federal.

A Assessora Técnica Eng. Ftal. Mara Rubia Soares recomendou que os encaminhamentos fossem efetuados por meio de proposta da CCEEF, justificando o pedido para que fique rastreável e possamos acompanhar, sendo importante também as informações que serão levantadas pelos Creas do que está faltando e do que é necessário para passar para o Ibama.

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun comentou que além da efetuação da proposta, um ofício diretamente à presidência também seria necessário para se adiantar o processo. Definido então o encaminhamento, os integrantes irão continuar buscando informações e fazendo testes e interlocuções dentro de seus estados com DEFIS e órgão ambiental estadual e dentro do ofício incluir a questão dos treinamentos e elaborarmos uma proposta que tenha esse ofício como anexo para tentarmos avançar de maneira definitiva no ACT com o Ibama.

A Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal - CEEF elaborou a **Proposta nº 05/2025-CCEEF** referente a realização de encontro de padronização de estratégias



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alexsandro Nito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

de uso (elaboração, apresentação e execução de projetos técnicos para obtenção de licença ambiental) do sistema Sinaflor entre o Ibama, os fiscais dos Regionais e órgãos Ambientais Estaduais.

Proposição:

Que o Confea auxilie a CCEEF na organização e realização de um fórum de discussão (de forma híbrida) entre os membros da CCEEF, dos departamentos de fiscalização dos Creas, dos órgãos ambientais estaduais e o servidor do Ibama (Eng. Ftal. Leonardo

Carvalho Lima – Analista), durante a programação da 4ª Reunião da CCEEF no dia 04/11 das 14h às 18h em Brasília/DF, localização e link de acesso serão disponibilizados posteriormente após confirmação.

Além dos membros da CCEEF que já estarão em Brasília por ocasião da 4ª Reunião, solicita-se o apoio do Confea para viabilizar a participação presencial de um servidor do Crea-SP, do Crea-PA e do Crea-PE, todos integrantes da área de fiscalização dos respectivos Creas, demanda que se justifica no fato de que estes servidores possuem expertise na fiscalização destas atividades, assim como a participação presencial de três representantes de órgãos ambientais estaduais, que sejam gestores operacionais do sistema

Sinaflor em seus estados (RR, SC e BA).

Demais membros da área de fiscalização dos Creas e órgãos ambientais estaduais serão convidados para participar de forma remota, porém, caso desejem participar de forma presencial, poderão fazê-lo por custeio próprio, mediante inscrição prévia, tendo em vista o número limitado de vagas.

Também foi criado Grupo de Trabalho que elaborou no dia 20/08 as minutas dos ofícios a serem enviados aos órgãos e entidades previstos na proposta, sendo estes incluídos como anexos desta.

10 – Apresentação dos Grupos responsáveis pelos itens do Programa de Trabalho

-GT1 – CCEEF: Reavaliação da proposta de ação contra o CFBio (Processo nº 1630/2017).
(Creas BA, RO, MG, SP, RN, AC)

A Assessora Técnica do Confea Eng. Ftal. Mara Rubia Soares, relatou que em contato com assessor da CEAP do Confea, este relatou que se tem obtido muito pouco sucesso com judicialização contra o CFBio e que vão tentar uma nova estratégia de atuar no campo da fiscalização.



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS
ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEE**

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

O Coordenador Eleandro informou que solicitou via Lei de Acesso à Informação acesso ao Processo nº 1630/2017 do CFBio, sendo que o acesso foi disponibilizado tardiamente, por isso foi retirado de Pauta e deve retornar para a Pauta da 4ª Reunião da CCEE de 2025.

-GT2 – CCEE: Reavaliação de ação contra o CFT e CFTA (Proposta 05/2022 – processo SEI 00.004461/2022-75).

(Creas BA, RO, MG, SP, RN, AC)

O Eng. Ftal. Nauan Rodrigues da Silva relatou que baixou as propostas e resoluções e que é uma situação complexa, sendo que eles têm uma resolução que reconhecem títulos de diplomas de cursos superiores e de pós-graduações, fazendo uma adaptação e reconhecendo como título médio, para que os técnicos que virarem engenheiros futuramente não precisarem sair do CFTA e não migrem para o Crea, o que deveria ser verificado até juridicamente. A proposta 05/2022 era para criar um GT para avaliar e acompanhar uma resolução específica na parte de perícias e imóveis rurais.

Foi solicitado que para a 4ª reunião houvesse acompanhamento jurídico do Confea durante a reunião.

Retirado de Pauta, deve retornar para a Pauta da 4ª Reunião da CCEE de 2025.

11 – Encerramento da 3ª Reunião Ordinária da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal (CCEE) – Exercício 2025

O Coordenador Eng. Ftal. Eleandro José Brun encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e desejando um ótimo dia de visita e retornos.

12 – Visitas Técnicas:

Visita técnica 1:

Show Florestal 2025 (Arena Mix) <https://showflorestal.com.br/>

Visando interação, atualização profissional, geração de network entre coordenadores / representantes de plenário com empresas, profissionais e estudantes ligados ao setor florestal.

Visita técnica 2:

Área de Restauração Ecológica – Parque Estadual do Prosa)



CCEE Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Almeida Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

A visita técnica à área de restauração ecológica localizada na parte interna do Parque Estadual do Prosa teve como objetivo principal a observação e análise dos impactos ambientais ocasionados pelo assoreamento decorrente das águas pluviais. Essa problemática gerou um processo significativo de degradação ambiental, afetando diretamente os recursos hídricos, o solo e a vegetação nativa do parque.

Durante a visita, foi possível identificar as principais causas do processo de degradação, como falhas no escoamento superficial das águas pluviais, erosão do solo e deposição de sedimentos em áreas sensíveis do parque. A atividade permitiu também compreender a importância das ações de recuperação e restauração ecológica implementadas, além de avaliar a eficácia da metodologia aplicada nesse processo.

PROPOSTAS APROVADAS

Proposta nº 05/2025-CCEEF (Processo 00.005032/2025-68):

Assunto: Realização de encontro de padronização de estratégias de uso (elaboração, apresentação e execução de projetos técnicos para obtenção de licença ambiental) do sistema Sinaflor entre o Ibama, os fiscais dos Regionais e órgãos Ambientais Estaduais

Interessado: Coordenadoria de Câmara Especializada de Engenharia Florestal

Temas: (art. 2º da Resolução nº 1.012/2005) I - Exercício e atribuições profissionais, II - Registro de profissionais e de pessoas jurídicas; III – Verificação e fiscalização do exercício e atividades profissionais e IV – Responsabilidade técnica e ética profissional.

Destinatário: CCEP

Item do Plano de Ação: Item 7 do Plano de Trabalho

Proposição: Que o Confea auxilie a CCEEF na organização e realização de um fórum de discussão (de forma híbrida) entre os membros da CCEEF, dos departamentos de fiscalização dos Creas, dos órgãos ambientais estaduais e o servidor do Ibama (Eng. Ftal. Leonardo Carvalho Lima – Analista), durante a programação da 4ª Reunião da CCEEF no dia 04/11 das 14h às 18h em Brasília/DF, localização e link de acesso serão disponibilizados posteriormente após confirmação.

Além dos membros da CCEEF que já estarão em Brasília por ocasião da 4ª Reunião, solicita-se o apoio do Confea para viabilizar a participação presencial de um servidor do Crea-SP, do Crea-PA e do Crea-PE, todos integrantes da área de fiscalização dos respectivos Creas, demanda que se justifica no fato de que estes servidores possuem expertise na fiscalização destas atividades, assim como a participação presencial de três representantes de órgãos ambientais estaduais, que sejam gestores operacionais do sistema



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal

João Alencar Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS
ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA FLORESTAL - CCEEF**

(Campo Grande – MS), (18 a 20 de agosto de 2025)

SÚMULA aprovada em 03/11/2025

Sinaflor em seus estados (RR, SC e BA).

Demais membros da área de fiscalização dos Creas e órgãos ambientais estaduais serão convidados para participar de forma remota, porém, caso desejem participar de forma presencial, poderão fazê-lo por custeio próprio, mediante inscrição prévia, tendo em vista o número limitado de vagas.

Aprovada por: Unanimidade

Proposta nº 06/2025-CCEEF (Processo 00.005035/2025-00):

Assunto: Acompanhamento da gestão e transparência no uso de recursos do Programa Fortalece pelos Regionais.

Interessado: Coordenadoria de Câmara Especializada de Engenharia Florestal

Temas: (art. 2º da Resolução nº 1.012/2005) I - Exercício e atribuições profissionais, II - Registro de profissionais e de pessoas jurídicas; III – Verificação e fiscalização do exercício e atividades profissionais e IV – Responsabilidade técnica e ética profissional.

Destinatário: CEEP

Item do Plano de Ação: Item 2 do Plano de Trabalho

Proposição: Implementar um sistema de monitoramento BI mais eficiente para acompanhar as ações de fiscalização, garantindo mais transparência e controle dos recursos transferidos.

Aprovada por: Unanimidade

Eng. Ftal. Eleandro José Brun
Coordenador Nacional da CCEEF

Eng. Ftal. João Alexis Neto
Coordenador Nacional Adjunto da CCEEF



CCEEF Coordenadoria de Câmaras
Especializadas de Engenharia Florestal